

Sumário

Número de notícias: 41 | Número de veículos: 33

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco diz que reforma tributária está no topo das prioridades do Senado 5

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Senado quer alterar mudanças de última hora da Câmara e proposta pode passar pela CAE 6

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad encontra Pacheco nesta terça-feira para articular tramitação da Reforma Tributária 7

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: conquistas precisam ser reconhecidas, diz Abiove 9

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que Brasil viveu década trágica e que espera inaugurar novo ciclo 11

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

São Paulo e Minas respondem por quase 50% da arrecadação nacional com IPVA (Reforma tributária) 12

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Oposição no Senado estuda defender reforma tributária para não repetir erro da Câmara 13

PORTAL UOL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Líder do PL no Senado diz que partido não é contra a reforma tributária 15

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: IVA, imposto que vai incidir sobre consumo no Brasil, poderá ser o maior do mundo, aponta estudo 16

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impacto da Reforma Tributária na Bolsa, startup de aluguel de carros levanta R\$ 80 mi e o que importa no mercado 18

VALOR ONLINE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

R\$ 8,65 bi em emendas foram liberados em uma semana 20

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado pode suprimir 'excessos' da reforma.....	21
VALOR ONLINE - IMPRESSO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Haddad e Pacheco abrem negociações da reforma.....	23
G1 - NACIONAL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Glossário da reforma tributária: entenda os principais termos da proposta que muda a forma como impostos são cobrados.....	24
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: qual o impacto para Bolsa, dólar e crescimento do PIB?.....	26
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Emenda "Cavalo de Troia" permite criação de mais tributos.....	29
O POPULAR - GO - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária pode afetar ações na Bolsa e a renda fixa.....	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma melhora o ambiente para investir - HENRIQUE MEIRELLES.....	33
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: criticada pelos méritos, não pelos defeitos (Artigo).....	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - ENTREVISTA DA 2ª REFORMA TRIBUTÁRIA	
Bernard Appy Sem exceções, novo imposto teria uma alíquota inferior a 25%.....	35
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Entenda o atual sistema tributário do Brasil.....	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma deve ter efeitos diferentes sobre ações na Bolsa.....	39
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Multinacionais estão otimistas com o Brasil e esperam alta nas vendas.....	42
O GLOBO - ON LINE - RJ - POLITICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Barraco no WhatsApp: deputados do PL trocam xingamentos sobre voto na reforma tributária e ameaçam saída do partido.....	44
FOLHA ONLINE - SP - ANÁLISE REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lira mostra controle do plenário, leva centrão para governo Lula e agora abraça o mercado.....	46
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Congresso concentra atividades da semana em comissões.....	48

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

A geometria política da reforma tributária (Marcus André Melo)..... 50

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários veem na aprovação da reforma chance de Brasil reduzir custos e aumentar crescimento 51

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária acena para revolução imobiliária (Marcos de Vasconcellos)..... 54

VALOR ONLINE - NOTICIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe econômica tem agenda esvaziada depois da aprovação da reforma tributária e Carf na Câmara 55

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cesta básica, remédios, streaming: o que muda com reforma tributária..... 56

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Seis nomes aparecem para relatar reforma no Senado..... 59

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária promete reduzir distorções que afetam dia a dia das empresas; veja como 60

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária vai aumentar imposto sobre herança? Veja o que muda..... 62

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ineficiência tributária 64

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Problemático, ICMS vai sair de cena 67

FOLHA DE S. PAULO - SP - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária chegará ao Senado com indefinições 68

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A conspiração do atraso nos impostos (Artigo)..... 69

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pressão de governadores e barrinhas de proteína até a aprovação da reforma..... 71

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Confusão para definir destino e muitas exceções são pontas soltas da Reforma..... 73

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributação de herança, imóvel e carro mudará 75

Pacheco diz que reforma tributária está no topo das prioridades do Senado

Por g1

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que a **reforma tributária** está no topo das prioridades da Casa para o segundo semestre. A informação foi apurada pela jornalista Daniela Lima, que teve seu primeiro dia na GloboNews nesta segunda-feira (10).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que institui a **reforma tributária** foi aprovada pela Câmara dos Deputados na sexta-feira (7). Com isso, o texto foi enviado para análise do Senado.

Pacheco deu indicações de que a proposta terá um trâmite acelerado na Casa, atendendo a um desejo do governo. Para que isso aconteça, o texto deve ser enviado diretamente para o plenário após a análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O governo pediu ainda para que Pacheco indique um relator para a reforma.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues, afirmou que a meta é que a reforma seja aprovada até o fim do ano.

À jornalista Daniela Lima, Pacheco disse que o Brasil aprovou uma série de reformas nas últimas décadas, com exceção da tributária, e que o Senado tem consciência disso.

LEIA TAMBÉM

Em linhas gerais, a proposta da **reforma tributária** prevê a unificação de cinco **tributos**:

A última versão também prevê zerar os **tributos** sobre a cesta básica e criar o imposto do pecado, sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Pela proposta, o IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS seriam substituídos por dois **impostos** sobre valor agregado, os IVAs: um seria gerenciado pela União e outro teria gestão compartilhada por estados e municípios.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/10/pacheco-diz-que-reforma-tributaria-esta-no-topo-das-prioridades-do-senado.ghtml>

Reforma tributária: Senado quer alterar mudanças de última hora da Câmara e proposta pode passar pela CAE

Por Victoria Abel - Brasília

Após uma série de mudanças de última hora na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, senadores prometem que a tramitação na Casa será mais cuidadosa e consideram enviar o texto a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), além da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Líderes garantem que a análise da matéria terá até 90 dias.

- É um sentimento do Senado, discutir o tema em duas comissões, mas dentro de um prazo razoável, de 60 a 90 dias. O texto foi apresentado em uma semana e na outra já foi a votação. A discussão ficou limitada e muitas mudanças entraram de última hora. Será missão do Senado avaliar melhor - disse o líder do bloco MDB, União, PDT, Podemos e PSDB, Efraim Filho (União-PB)

Entre as principais alterações que os senadores querem fazer no texto, está a retirada do critério populacional como fator decisivo no Conselho Federativo. O texto da Câmara prevê que o grupo de estados vencedor em deliberações precisará representar 60% da população brasileira. Caso a maioria da população esteja com o grupo perdedor, esse poderá ter poder de veto.

O Conselho Federativo vai gerir o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), união do ICMS e ISS.

- Queremos recuperar o equilíbrio nessa relação entre as regiões e não usar o critério populacional - destacou Efraim.

Além da mudança no órgão de controle, os senadores do Nordeste também querem acrescentar um artigo que foi derrubado na Câmara e permitia que novos incentivos fiscais sejam assinados por estados até 2025. Mas a validade máxima dos benefícios ainda seria até 2032. A medida é vista como uma forma garantir o recente processo de atração de empresas na região, principalmente montadoras de veículos que abriram plantas de fábricas nos últimos meses.

Ao menos cinco nomes de possíveis relatores da

matéria já circulam no Senado: Eduardo Braga (MDB-AM), Cid Gomes (PDT-CE), Weverton Rocha (PDT-MA), Davi Alcolumbre (União-AP) e Efraim Filho (União-PB). Todos pertencem ao bloco partidário com maior força no Senado, com as legendas MDB, União, PDT, Podemos e PSDB.

Outro trecho que tem incomodado governistas é a possibilidade de alíquota diferenciada para serviços financeiros e planos de saúde. Os parlamentares argumentam que foi aberta uma brecha para que as empresas possam cobrar valores muito altos de **impostos**, longe das alíquotas de referência.

A supressão de trechos da PEC não levam a necessidade da proposta retornar à Câmara. Mas a alteração na redação, como deve ocorrer com o Conselho Federativo, obriga os deputados a cancelar ou não a mudança.

O líder da maioria, Renan Calheiros (MDB-AL), considera possível um fatiamento da PEC, aprovando o que for de consenso com a Câmara e deixando as modificações para um texto paralelo, com tramitação iniciando no Senado.

- Podemos fazer o que foi feito na reforma da previdência, aprovamos o que for consensual e promulgamos a PEC. O que não for consenso colocamos em uma PEC paralela - cogitou Renan Calheiros.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/10/reforma-tributaria-senado-quer-alterar-mudancas-de-ultima-hora-da-camara-e-proposta-pode-passar-pela-cae.ghtml>

Haddad encontra Pacheco nesta terça-feira para articular tramitação da Reforma Tributária

Por Renan Monteiro - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad , encontra na manhã desta terça-feira o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco , para tratar da tramitação da **Reforma Tributária** . Haddad confirmou a reunião no podcast O Assunto .

Na semana passada, em decisão histórica, a Câmara dos Deputados aprovou a primeira reformulação no sistema tributário brasileiro em 58 anos. A **Reforma Tributária** começa tramitar no Senado Federal no começo de agosto e a articulação agora é pela definição do relator.

Parlamentares também já se preparam para solicitar alterações no texto da proposta de emenda à Constituição (PEC), conforme apuração do GLOBO . A composição do Conselho Federativo pode ser uma das modificações. Haddad vai pedir uma reunião com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, entre hoje e amanhã.

Também na semana passada, a Câmara aprovou o projeto de lei que retoma o chamado "voto de qualidade" no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** . O texto segue para avaliação no Senado. A aprovação é vista como uma vitória para o governo.

O **Carf** é o tribunal que trata dos conflitos tributários entre a **Receita Federal** e os contribuintes. Até 2020, existia o "voto de qualidade" para empates nos julgamentos, garantindo uma desempate a favor do Fisco. Naquele ano, o Congresso havia derrubado o dispositivo e desde o início deste ano o governo Lula busca a aprovação definitiva da volta desse mecanismo.

Já o projeto do novo arcabouço fiscal está pendente no aguardo do despacho final na Câmara. Em entrevista à Globonews, o presidente Arthur Lira (PP-AL) disse que a regra será votada com "alterações mínimas" em agosto .

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/10/ha>

***ddad-diz-que-encontra-pacheco-nesta-terca-feira-para-
articular-tramitacao-da-reforma-tributaria.ghtml***

Reforma Tributária: conquistas precisam ser reconhecidas, diz Abiove

São Paulo

São Paulo, 10 - A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) destacou, em nota sobre a aprovação do texto-base da **reforma tributária** pela Câmara dos Deputados, que, embora ainda permaneçam questões a serem aperfeiçoadas as conquistas do projeto precisam ser reconhecidas. A associação destacou alguns pontos aprovados em linha com a expectativa do setor. O reconhecimento de que os combustíveis, neles incluído o biodiesel, podem compensar créditos na entrada assim como todos os demais produtos e serviços abrangidos pela reforma, foi fundamental para não aumentar custos ao consumidor, disse a associação. Além disso, a Abiove salientou a manutenção do regime fiscal favorecido para os biocombustíveis, na forma de lei complementar, a fim de assegurar a eles tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo. A associação destacou a possibilidade de produtores rurais e o produtor integrado com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões optarem por serem contribuintes do imposto, autorizada a concessão de crédito presumido para os adquirentes desses produtores não optantes. Outro ponto salientado foi a redução da alíquota principal em 60% para os produtos e insumos agropecuários e aquícolas, e, para os alimentos destinados ao consumo humano como conquista fundamental para minimizar o aumento da incidência de **impostos** nas cadeias do agro. A Abiove ressaltou também a não incidência do imposto seletivo sobre produtos e insumos agropecuários e alimentos destinados ao consumo humano, a possibilidade de os saldos credores homologados serem aproveitados pelos contribuintes, com atualização dos valores pelo IPCA a partir de 2033, e o fato de que benefícios e incentivos poderão ser usufruídos até dezembro de 2032. A associação elogiou ainda o trabalho de lideranças da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel, Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e Frente Brasil Competitivo, dos membros do Grupo de Trabalho Newton Cardoso Junior (MDB-MG) e Reginaldo Lopes (PT-MG) e do relator da **Reforma Tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na interlocução com o setor, no entendimento das demandas e na resolução para os importantes temas mencionados acima.

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia->

***estado/2023/07/10/reforma-tributaria-conquistas-
precisam-ser-reconhecidas-diz-abiove.htm***

Haddad diz que Brasil viveu década trágica e que espera inaugurar novo ciclo

Por g1

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), disse em entrevista ao podcast O Assunto, com Natuza Nery, que o Brasil viveu uma década trágica na economia e que será tema de estudos ao longo dos anos. Segundo ele, para reverter o que o país perdeu nos últimos anos, é preciso estabilizar a economia para que ocorra o crescimento.

Haddad diz ainda que foi apresentado ao presidente Lula na última sexta-feira (7) o Plano de Transição Ecológica, que ele considera a grande marca do governo atual. Foram mais de duas horas no Palácio do Alvorada, sem telefone, assessor ... Ele estava concentrado na apresentação, com todas as oportunidades de transição para trazer ao Brasil oportunidade de emprego e renda, colocando o país no século 21 , disse o ministro.

"Eu vi os olhos do presidente brilhar", complementa Haddad.

Haddad diz que o plano tem mais de 100 ações que vão se desdobrar em quatro anos, indo desde o crédito de carbono, passando pela **reforma tributária**, até a exploração de terras raras. É um mapeamento muito amplo das oportunidades , conclui.

LEIA TAMBÉM:

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/10/haddad-diz-que-brasil-viveu-decada-tragica-e-que-espera-inaugurar-novo-ciclo.ghtml>

São Paulo e Minas respondem por quase 50% da arrecadação nacional com IPVA (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

São Paulo e Minas Gerais respondem por quase 50% da arrecadação nacional com IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos e Automotores), que somou R\$ 52,8 bilhões em 2021. Isso representa o valor de R\$ 247,58 por habitante no país ou R\$ 473,88 por veículo.

Os dados fazem parte de um levantamento do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), coordenado pelos tributaristas João Eloi Olenike, Gilberto Luiz do Amaral, Letícia Mary Fernandes do Amaral e Cristiano Lisboa Yazbek.

O IPVA é o segundo imposto mais importante para os estados e o Distrito Federal, depois do ICMS. Uma parcela da sua arrecadação também é compartilhada com os municípios.

A proposta de **Reforma Tributária** em debate no Congresso prevê estender a cobrança de IPVA para jatinhos, jet-ski e barcos de luxo. No entanto, mesmo que o texto seja aprovado sem alterações no Senado, há possibilidade de que a medida não tenha efetividade.

Atualmente, as alíquotas de IPVA variam de acordo com a região, sendo que alguns estados utilizam a tributação menor para atrair o emplacamento de frotas. Normalmente, isso ocorre nos estados mais próximos a São Paulo, como Paraná e Minas Gerais, segundo Olenike, presidente do IBPT.

"Isso faz com que um estado como o Paraná, por exemplo, seja o quinto colocado em população, mas tenha a terceira maior frota de veículos do Brasil", afirma.

"Esta diferenciação pode, em menor escala, ser tratada como uma guerra fiscal, intencional ou não, para atrair mais contribuintes de IPVA."

Segundo o IBPT, a maior arrecadação de IPVA por habitante está no Distrito Federal (R\$ 415,36), seguido por São Paulo (R\$ 397,78), Rio Grande do Sul (R\$ 342,85) e Paraná (R\$ 341,44). Os menores valores

estão no Maranhão (R\$ 72,10), Acre (R\$ 83,63) e Pará (R\$ 88,94).

As maiores frotas de veículos se encontram nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. A arrecadação do IPVA segue essa mesma ordem.

Em 2021, o Brasil possuía uma frota de 111,5 milhão de veículos. No quesito veículo em circulação por habitante, a maior proporção está em Santa Catarina (0,79), seguido por Paraná (0,72) e Mato Grosso (0,69). A menor proporção está no Amazonas (0,24).

Naquele ano, houve aumento de arrecadação de IPVA de 12,22%, acima da **inflação** no período que, de acordo com o IPCA, do IBGE, foi de 10,06%. Nesse período, lembra o presidente do IBPT, os veículos usados tiveram grande valorização devido a problemas na produção de carros novos por causa da falta de componentes, questão relacionada à pandemia.

Dados dos estados mostram que a arrecadação cresceu mais 24% em 2022, para R\$ 65,5 bilhões. A **inflação** no ano passado foi de 5,79%.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/sao-paulo-e-minas-respondem-por-quase-50-da-arrecadacao-nacional-com-ipva.shtml>

Oposição no Senado estuda defender reforma tributária para não repetir erro da Câmara

Por Valdo Cruz

A **reforma tributária** começa a tramitar no Senado em agosto. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), promete aprovar o texto, mas senadores querem debater e fazer mudanças.

Enquanto isso, a direita e a centro-direita no Senado não querem repetir, em peso, o erro de aliados na Câmara, que se desgastaram ao seguirem a orientação de Jair Bolsonaro (PL) e votarem contra a proposta de mudança no sistema tributário brasileiro.

LEIA TAMBÉM:

O líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), por exemplo, defendeu a aprovação da **reforma tributária** durante a reunião do partido na semana passada.

À ocasião, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), foi interrompido ao defender a medida e afirmar que a direita não poderia cometer o erro de ficar contra uma proposta que sempre defendeu.

Outros senadores vão seguir o caminho do líder. A avaliação deste grupo é que poucos senadores vão acompanhar Bolsonaro.

Por sinal, há uma expectativa dentro do PL que, no Senado, o ex-presidente Jair Bolsonaro mude de posição. A repercussão de seu posicionamento foi muito negativa nas redes sociais e também entre empresários que apoiaram seu governo, enfraquecendo ainda mais Bolsonaro no campo político.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, também ficou irritado com a postura de Bolsonaro e apontou como um erro político.

O texto deve sofrer mudanças no Senado. O governo espera que os senadores concluam a votação até final de setembro, permitindo que os deputados votem as alterações ainda em outubro.

O governo e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, querem promulgar a **reforma tributária** antes do final do ano.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/07/10/oposicao-no-senado-estuda-defender-reforma-tributaria-para-nao-repetir-erro-da-camara.ghtml>

Líder do PL no Senado diz que partido não é contra a reforma tributária

Do UOL, em São Paulo

O líder do PL no Senado, Carlos Portinho, negou que o partido seja contrário à **Reforma Tributária** e defendeu que as tentativas de adiar a votação foram apenas tentativas de crescer a discussão sobre o assunto.

O senador defendeu que o projeto aprovado na Câmara carece de projeções, estudos e análise de impacto em entrevista à GloboNews.

Ele também classificou a rapidez na votação como um tratoço e disse que espera que o projeto passe por maior análise no Senado.

Portinho reconheceu que o posicionamento do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sobre o assunto mostrou desarticulação na oposição.

Senador Carlos Poritinho, em entrevista à GloboNews

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/07/10/carlos-portinho-senado-reforma.htm>

Reforma Tributária: IVA, imposto que vai incidir sobre consumo no Brasil, poderá ser o maior do mundo, aponta estudo

Por Carolina Nalin - Rio

Mudanças de última hora feitas no texto da **Reforma Tributária**, com inclusão de mais segmentos na lista de setores com regime especial, devem levar a alíquota padrão do imposto sobre consumo - que vai ser criado no novo regime tributário - a ficar maior do que o inicialmente previsto, dizem especialistas. Estudo inicial apontava para uma alíquota-base do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) de 25%, mas a perspectiva agora é que esse percentual seja mais alto.

Levantamento feito pelo Bichara Advogados, com base em dados de países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta que a alíquota do IVA deverá se aproximar à praticada na Hungria, que tem taxa de 27%, a maior entre os países da OCDE.

A reforma prevê a unificação dos **impostos**, simplificando o sistema atual. Nesse novo sistema tributário, cinco **tributos** sobre o consumo serão substituídos por um imposto sobre valor agregado, como acontece em mais de 170 países.

No Brasil, porém, esse IVA será dual, o que na prática significa dois **tributos**: o federal Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), unindo IPI, PIS e Cofins; e o subnacional Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), unindo ICMS e ISS.

O imposto unificado sobre consumo é adotado em 174 países do mundo, segundo informações da Tax Foundation, numa avaliação de que a unificação reduz custos administrativos.

Entre os países com taxa mais alta estão Hungria, com 27%, e Dinamarca, Noruega e Suécia, com 25%. Em países como Espanha, Alemanha, Reino Unido e Chile, as taxas giram em torno de 19% e 21%.

Entre as grandes economias, o único país que não adota o IVA é o Estados Unidos, onde a cobrança é subnacional.

A proposta defendida pelo governo, pelas contas de

Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, já estimava que o IVA brasileiro teria uma das maiores alíquotas do mundo. Era previsto uma alíquota de 25%, de forma a compensar a arrecadação dos **tributos** extintos, mas ainda sem considerar os benefícios aprovados na reforma.

Com as mudanças no texto, incluindo a redução de alíquotas para alguns segmentos e majoração para outros, a tendência é que o IVA supere os 25%.

Murilo Allevato, sócio do Bichara Advogados, avalia que a concessão de benefícios fiscais provavelmente resultará em aumento da alíquota de referência. Ele explica, contudo, que o texto estabelece que a redução de alíquotas seja acompanhada de estimativa de impacto no valor da alíquota de referência:

- Ocorre que não se sabe exatamente qual será a alíquota de referência. Ela será estipulada pelo Senado Federal com base nos dados de arrecadação, os quais nunca foram disponibilizados. O mais próximo que temos agora é um estudo do Appy que estipula alíquota de referência em 25%, mas sem considerar qualquer incentivo fiscal. Com os benefícios previstos, é provável que ela aumente e se torne o IVA mais alto do mundo - afirma o advogado.

Gustavo Brigagão, sócio do Brigagão, Duque Estrada Advogados, também avalia que a alíquota de referência seja ainda maior para suportar as renúncias fiscais estabelecidas no projeto da **reforma tributária**:

- É uma consequência natural. Conforme afirmado por representantes de grandes municípios, estudos projetavam, antes da aprovação do novo texto ontem, uma alíquota média efetiva de 29,1% (bem superior, portanto, à alíquota de referência de 25%). Com todas as renúncias citadas, essa alíquota média será ainda maior - afirma.

Luiza Lacerda, sócia da área Tributária do BMA Advogados, lembra que, pela ideia declarada da **Reforma Tributária**, o valor da alíquota deve ser pensado com cuidado para não gerar perda de arrecadação ou aumento na carga tributária, que já é

muito elevada.

Na visão de Allevato, do Bichara Advogados, os principais riscos que um IVA significativamente elevado podem trazer são o aumento de preços sobre o setor de serviços e o aumento da pejetização.

- Ainda que se alegue que o imposto será suportado pelo consumidor final, podemos acreditar que nem todos os setores prestadores de serviços conseguirão repassar a majoração do tributo no preço e provavelmente terão que reduzir margem.

Ele continua:

- Outro risco é o aumento da pejetização. Como a contribuição sobre a folha de salários não gera crédito, é melhor contratar uma pessoa jurídica prestadora de serviços do que firmar um contrato de emprego. O IBS recolhido pela pessoa jurídica prestadora será passível de creditamento.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/10/reforma-tributaria-iva-imposto-que-vai-incidir-sobre-consumo-no-brasil-podera-ser-o-maior-do-mundo-aponta-estudo.ghtml>

Impacto da Reforma Tributária na Bolsa, startup de aluguel de carros levanta R\$ 80 mi e o que importa no mercado

Artur Búrigo

Esta é a edição da newsletter FolhaMercado desta segunda-feira (10). Quer recebê-la de segunda a sexta, às 7h, no seu email? Inscreva-se abaixo:

A aprovação da **Reforma Tributária** na Câmara que atraiu a atenção do mundo político e econômico também foi acompanhada de perto pelos agentes financeiros.

A avaliação é de que o avanço da proposta que estava travada há 30 anos deve ser analisada de duas maneiras:

? No curto prazo, significa uma melhora do ambiente econômico e cai como um colírio para os olhos do investidor estrangeiro. O primeiro impacto apareceu na queda das taxas de juros futuros, que é boa notícia para os ativos da Bolsa.

? Quando se trata do efeito da mudança dos **tributos** nas empresas, algo que deve começar em 2026 e acabar só em 2033, as casas buscam prever os setores que devem ganhar e os que devem perder com a Reforma.

Para depois: com a eventual aprovação da atual proposta que altera os **tributos** sobre consumo, o governo pretende votar ainda neste ano a segunda fase da Reforma, relativa ao Imposto de Renda (IR).

Mais sobre investimentos

Entenda por que a Bolsa do Japão subiu 27,2% no primeiro semestre e saiba as opções para o brasileiro se expor a esse mercado.

Passada a votação da **Reforma Tributária** que durou até a madrugada de sexta (7) na Câmara, os especialistas se debruçaram sobre o texto do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e identificaram novas exceções no texto para cumprir acordos em busca de votos.

As concessões beneficiaram segmentos como agronegócio, serviços de hotelaria, parques de

diversão e parques temáticos, restaurantes, aviação regional, atividades desportivas -o que inclui clubes de futebol.

Sim, mas... O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou à Folha que quanto maior o número de exceções, maior será a alíquota do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado, tributo central do modelo).

Mesmo entre os especialistas que questionam os puxadinhos, há quem defenda que a aprovação é um marco histórico, e os avanços na unificação de **impostos** e simplificação do sistema devem ter efeito positivo na produtividade do país.

Entre os empresários, o clima é de maior otimismo, ainda que o impacto da Reforma deva aparecer com mais força no médio e longo prazo, disseram executivos de grandes empresas.

Próximo passo: a bola agora está com o Senado. A ideia é ter na Casa uma discussão em ritmo diferente à que foi feita na Câmara.

Mais sobre a Reforma:

O quadro traz às segundas o raio-x de uma startup que anunciou uma captação recentemente.

A startup: fundada em 2016, a Turbi trabalha com aluguel de carros automáticos de forma 100% digital. Os veículos ficam em estacionamentos da grande São Paulo e são desbloqueados pelo consumidor pelo app no celular.

Em números: a startup anunciou ter levantado uma rodada de dívida de R\$ 80 milhões para expandir sua frota de automóveis.

Quem investiu: o aporte foi feito por meio de um FDIC (fundo de direito creditório, entenda aqui) desenhado pela EXT Capital (gestora criada dentro da DOMO Invest).

Que problema resolve: os carros da Turbi podem ser alugados mês a mês e também por hora, dia ou

semana. O valor fica menor conforme aumenta o tempo de empréstimo.

Por que é destaque: além de ter sido um dos maiores investimentos anunciados na última semana, é uma prova de que rodadas de dívidas seguem sendo uma alternativa para startups buscarem financiamento em um tempo de vacas magras no mercado.

Números do mercado

Em uma reversão aos últimos meses de queda, junho foi o segundo melhor período do ano de investimentos em startups da América Latina.

Foram US\$ 441 milhões (R\$ 2,1 bilhões) captados em 84 rodadas, abaixo apenas de janeiro (US\$ 740 milhões), e uma alta de 68% em relação a maio. O avanço no Brasil, porém, foi menor (18% ante maio), e o país ficou atrás da Colômbia em volume captado no mês.

O colapso da corretora cripto FTX, que no auge foi a segunda maior do mundo em volume negociado, não apenas afetou a credibilidade das celebridades que emprestaram sua imagem à marca na época da bonança.

Nos volumosos acordos de patrocínio, essas estrelas receberam uma parte do valor em ações da FTX, que acabariam virando pó com a derrocada.

Foi o que aconteceu com o ex-casal Tom Brady e Gisele Bündchen, segundo o New York Times. O ex-jogador de futebol americano e a modelo tiveram prejuízo de US\$ 48 milhões (R\$ 232 milhões) com os papéis da corretora, de acordo com o jornal.

Relembre: o período de bonança das criptomoedas veio em 2021. Foi naquele ano que Brady e Bündchen fecharam um acordo com o então CEO da FTX, Sam Bankman-Fried - que hoje está preso.

Tudo começou a vir abaixo em 2022, quando uma crise de liquidez escancarou o que as autoridades americanas chamam de fraudes bilionárias arquitetadas por Bankman-Fried.

Não foi só o ex-casal. Nos tempos do boom, Paris Hilton, Snoop Dogg, Reese Witherspoon e Matt Damon se entusiasmaram ou investiram em projetos cripto, trazendo um público comum para o mundo instável das moedas digitais.

A cantora Taylor Swift, que está em turnê, chegou a acertar um acordo de US\$ 100 milhões com a FTX após meses de negociações. O acerto, porém, foi desfeito por Bankman-Fried na última hora, relata o

New York Times.

Procurados pelo jornal americano, os representantes das celebridades citadas se recusaram a comentar o assunto.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/impacto-da-reforma-tributaria-na-bolsa-startup-de-aluguel-de-carros-levanta-r-80-mi-e-o-que-importa-no-mercado.shtml>

R\$ 8,65 bi em emendas foram liberados em uma semana

Por Renan Truffi e Fabio Murakawa - De Brasília

Em busca de tentar aprovar a **reforma tributária** e o projeto do **Carf** antes do recesso parlamentar, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) liberou em apenas sete dias de julho mais emendas parlamentares do que já havia empenhado no acumulado dos primeiros seis meses do ano. Ao todo, foram distribuídos R\$ 8,56 bilhões em emendas somente na primeira semana do mês, ou seja, às vésperas da votação de pautas consideradas estratégias para a gestão petista.

Coincidentemente, grande parte dessas emendas vieram do Ministério da Saúde, que hoje está sob o comando de Nísia Trindade. O Valor apurou que um dos motivos que explicam esse movimento é a pressão que partidos do Centrão vêm fazendo, nos bastidores, para assumir o controle do ministério no lugar da ex-presidente da Fiocruz.

Ciente de que estava na berlinda, a ministra teria organizado uma operação para dar mais vazão aos pedidos dos parlamentares e evitar, desta forma, que os congressistas tenham mais um argumento de reclamação para levar ao presidente Lula.

Os números levam em conta apenas as emendas empenhadas. A questão é importante porque significa, na prática, que a emenda parlamentar em questão está com o valor reservado para desembolso dentro do Orçamento federal. É nesta fase que o senador ou deputado pode solicitar onde aquele recurso deve ser aplicado, por meio de ações dos ministérios setoriais das Esplanadas.

Para se ter uma ideia, R\$ 5,2 bilhões foram liberados num único dia, a última quarta-feira, dia 6, justamente quando a articulação política do governo buscava destravar junto ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a votação das matérias econômicas. O desembolso bilionário fez efeito e os deputados aprovaram tanto a **reforma tributária** quanto o projeto de lei que muda a regra de empate nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, pauta importante para a gestão petista.

Até o mês passado, o governo Lula vinha liberando as emendas a conta-gotas, tanto que, em seis meses, o Palácio do Planalto empenhou um valor menor do que

o registrado em apenas sete dias de julho.

Os dados constam do sistema de Siga Brasil. De acordo com a plataforma, foram distribuídas R\$ 7,65 bilhões em emendas entre janeiro e junho deste ano. A comparação com o mês imediatamente anterior também é expressiva. Em junho, Lula reservou R\$ 2,74 bilhões no Orçamento para o pagamento de emendas, enquanto que, neste começo de mês, este valor já saltou 212%, alcançando os R\$ 8,56 bilhões mencionados.

Os números analisados também mostram que o governo federal passou a dar mais importância para as chamadas emendas de bancada, instrumento que permite ao Executivo atender, de uma só vez, aos interesses parlamentares de um Estado como um todo e não apenas aos pedidos individuais.

Nos últimos seis meses, o governo só tinha empenhado pouco mais de R\$ 925 milhões em emendas de bancada. Em julho, entretanto, foi liberado R\$ 1,47 bilhão somente nesse tipo de instrumento. Por conta disso, as bancadas acabaram subindo para o topo da lista de mais beneficiadas pelo governo. Os Estados de Minas Gerais, Piauí e Santa Catarina foram beneficiados com os valores mais vultosos, todos na casa de mais de R\$ 100 milhões cada.

A maioria desses recursos saiu do Ministério da Saúde, pasta que está na mira dos de parlamentares de PP, do presidente da Câmara.

A ministra da Saúde tem trabalhado justamente para evitar que sua pasta seja alvo recorrente de queixas. Considerada um nome técnico, Nísia Trindade tem a seu favor um habilidoso secretário-executivo. Trata-se de Swedenberger Barbosa, homem de confiança do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, que tem auxiliado na distribuição das emendas.

Site: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/07/10/r-865-bi-em-emendas-foram-liberados-em-uma-semana.ghtml>

Senado pode suprimir 'excessos' da reforma

Por **Julia Lindner, Edna Simão e Caetano Tonet** - De Brasília

O governo já se movimenta para convencer o Senado a não fazer mudanças no texto da **reforma tributária** que impliquem no retorno da matéria à Câmara dos Deputados. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve se reunir hoje com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para iniciar as negociações. A expectativa da área econômica é de que os senadores "suprimam excessos" e promulguem o texto.

Pacheco, no entanto, já tem dito que pretende deixar a "marca" do Senado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de **reforma tributária**, aprovada na semana passada na Câmara. Em conversa com parlamentares, o presidente do Senado afirmou que quer apensar outras PECs que tratam do tema à matéria.

Na avaliação do Ministério da Fazenda, "a PEC 110 foi toda incorporada pela Câmara". "A marca [do Senado] é suprimir excessos e promulgar o essencial, sem retornar", ressaltou uma fonte da equipe econômica. O governo não se compromete com prazo para votação da matéria mas, nos bastidores, a expectativa é de que seja concluída em outubro. "Não temos prazo. Temos de respeitar o tempo do parlamento. Mas o ideal é que não seja muito longo", informou outro técnico do governo.

Líder do União Brasil e aliado de Pacheco, o senador Efraim Filho (PB) diz achar difícil não haver mudanças significativas no texto aprovado pela Câmara. Ainda assim, ele acredita que a tramitação da matéria deverá ser concluída até o final do ano. "Será nossa missão aperfeiçoar temas em aberto, nos aprofundar sobre o impacto na vida real das empresas e dos cidadãos, na simplificação, desburocratização e redução do custo Brasil", disse ao Valor.

Apesar das eventuais alterações, Efraim defende que a matéria deverá ser aprovada nos próximos meses. "Não é mais uma questão de escolha, mas de necessidade. O atual modelo tributário está esgotado, arcaico, obsoleto e atrapalha a vida de quem quer produzir. Temas como esse tem de ser votados no primeiro ano de governo."

Outros líderes partidários de diferentes correntes políticas também defendem um ritmo mais lento no Senado para eventuais adequações. A ideia é que a

matéria comece a ser discutida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Não é mais uma questão de escolha, mas de necessidade"

- Efraim Filho

Uma das PECs que pode ser incluída pelos senadores na proposta da Câmara é a 46/2022, de autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR). O Ministério da Fazenda é contrário. Oriovisto afirma que a sua visão de reforma é "completamente diferente" da que foi aprovada pelos deputados. Um dos pontos destacados por ele é manter separados os **impostos** federais, estaduais e municipais.

O texto que passou na Câmara prevê a substituição dos **tributos** PIS, Cofins e IPI (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) pelo IVA Dual. A intenção é simplificar o excesso de regras no pagamento de **impostos** pelas empresas.

O líder do PSDB, Izalci Lucas (DF), declarou que os senadores vão cobrar mais informações do governo sobre a reforma. A ideia conta com apoio de partidos de oposição, como o PL. "O governo tem capacidade de simular a reforma e ninguém teve acesso a isso ainda. A **Receita Federal** tem condições de pegar qual é a arrecadação hoje e mostrar como ficará com a nova base de cálculo. O governo precisa ser transparente e participar mais, não só jogar para o Congresso", disse Izalci.

Líder do PSD, o senador Otto Alencar (BA) criticou a tramitação na Câmara, que ocorreu em sistema semipresencial e permitiu votação remota. Além disso, disse, o texto final entrou no sistema "em cima da hora". Para Otto, o Senado terá que apreciar os pontos com ainda mais atenção. Ele defende ainda que é importante discutir in loco um assunto complexo como esse e cita como exemplo votações como a da reforma previdenciária, que ocorreram em formato presencial.

Após a votação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) repetiu o discurso de que o texto deve passar por mudanças, mas fez um apelo para que ao menos a espinha dorsal da proposta seja mantida. Apesar do clima de mal-estar entre alguns senadores, Haddad demonstrou mais otimismo. "Eles (senadores) estão se sentindo muito contemplados pelo trabalho feito pelo relator", disse, na quinta. "Acredito que não vamos ter

grande dificuldade no Senado", reforçou o ministro.

Os senadores chegaram a ser chamados para participar do grupo de trabalho da Câmara, mas se recusaram porque não queriam responder ao comando de um deputado. Agora, também querem ter a chance de formar o seu próprio GT. Nos corredores do Senado, a avaliação é que a definição do relator da matéria vai ditar também como será o rito da tramitação, a depender do nível de proximidade com o Palácio do Planalto. A escolha, no entanto, deve ficar para agosto. (Colaboraram Estevão Taiar e Marcelo Ribeiro)

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/07/10/senad-o-pode-suprimir-excessos-da-reforma.ghtml>

Haddad e Pacheco abrem negociações da reforma

Por Julia Lindner, Edna Simão e Caetano Tonet - De Brasília

O governo já se movimenta para convencer o Senado a não fazer mudanças no texto da **reforma tributária** que impliquem o retorno da matéria à Câmara dos Deputados. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve se reunir hoje com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para iniciar as negociações. Na avaliação do Ministério da Fazenda, "a PEC 110 foi toda incorporada pela Câmara" e a expectativa da área econômica é que os senadores "suprimam excessos" e promulguem o texto.

Pacheco, no entanto, já tem dito que pretende deixar a "marca" do Senado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma, aprovada na semana passada na Câmara. Em conversa com parlamentares, Pacheco teria falado em apensar outras PECs que tratam do tema à matéria.

O governo não se compromete com prazo para votação da matéria, mas, nos bastidores, a expectativa é que seja concluída em outubro. Já a votação do projeto de lei (PL) que muda a regra de empate nos julgamentos do Conselho Administrativo Fiscal (**Carf**) deve ficar para agosto, depois do recesso informal.

Site:

<https://valor.globo.com/impreso/noticia/2023/07/10/haddad-e-pacheco-abrem-negociacoes-da-reforma.ghtml>

Glossário da reforma tributária: entenda os principais termos da proposta que muda a forma como impostos são cobrados

Por Bruna Miato, g1

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que institui a **Reforma Tributária** foi aprovada na última sexta-feira (7) pela Câmara dos Deputados por 375 votos a favor e 113 contra. Agora, o texto segue para aprovação do Senado Federal e, caso sofra alguma alteração, voltará para a Câmara para ser votado mais uma vez.

Essa reforma, que é considerada uma vitória do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do chefe do Ministério da Fazenda, Fernando Haddad e do próprio presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, é um projeto que modifica a forma como os **impostos** são cobrados no Brasil.

ENTENDA: Principais pontos da Reforma TributáriaO que deve mudar nas cobranças de IPVA e IPTU

Embora o tema esteja repercutindo bastante nas últimas semanas, falar sobre tributação ainda é uma tarefa difícil, justamente por envolver muitos termos técnicos.

O g1 preparou um glossário com os principais termos abordados nas discussões sobre a **Reforma Tributária** para facilitar o entendimento. Consulte na tabela a seguir:

Os principais pontos da **Reforma Tributária**

De acordo com o professor de direito tributarista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Gabriel Quintanilha, o texto da PEC da reforma traz alguns destaque importantes entre os termos que antes não eram tão falados no país.

O primeiro deles é o Imposto sobre Valor Agregado Dual (IVA Dual), que é formado por dois **impostos** agregados, um de gestão federal e outro de gestão compartilhada entre estados e municípios, e que tem o objetivo de simplificar a cobrança de **impostos** no Brasil com a unificação de cinco **tributos**: IPI, Pis, Cofins, ICMS e ISS.

O IVA será composto por:

Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), novo imposto com gestão federal que vai unificar a cobrança do IPI, PIS e Cofins; Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), novo imposto com gestão compartilhada estados e municípios, que vai unificar a cobrança do ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Quintanilha explica que, para a gestão dos recursos arrecadados pelo IBS, será criado um Conselho Federativo. A composição da estrutura desse conselho foi definida da seguinte forma:

27 conselheiros representando os estados e o Distrito Federal (um por unidade da Federação); 14 representantes que serão eleitos, com voto em peso igual, pelos municípios; 13 representantes que serão eleitos, com peso do voto ponderado pelo número de habitantes, pelos municípios

A proposta estabelece que as deliberações do conselho serão tomadas se alcançarem cumulativamente os votos:

nos estados: da maioria absoluta de seus representantes e de representantes que correspondam a mais de 60% da população do país; nos municípios: da maioria absoluta de seus representantes.

Cesta básica nacional e cashback

O texto da **Reforma Tributária** propõe, ainda, a criação de uma cesta básica nacional. Os produtos que estiverem dentro desse grupo terão alíquota (que é o percentual fixo utilizado para calcular qual o valor devido ao pagar um imposto) zero.

Para Quintanilha, da FGV, a medida é controversa porque não beneficia apenas as pessoas mais pobres, mas todos, independente da renda.

Vale destacar que ainda não há definição sobre quais serão os itens englobados - de acordo com o texto, caberá a uma lei complementar definir quais serão os produtos destinados à alimentação humana que farão parte da cesta.

Além disso, a reforma cria também o cashback , um mecanismo, que prevê a devolução de **impostos** para um público de baixa renda com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.

Por essas razões, o nosso substitutivo prevê a adoção de mecanismo de devolução a famílias de baixa renda, cujo desenho constará de legislação infraconstitucional, a qual determinará o público elegível beneficiado e o montante e a forma de devolução , pontuou o relator do texto da reforma, Aguinaldo Ribeiro.

Fundos de compensação

Por fim, Quintanilha destaca a criação dos fundos de compensação, com destaque para o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

Esse Fundo é criado pela reforma para compensar os contribuintes que perderão os benefícios fiscais que já foram concedidos por prazo certo e sob condição e serão revogados pela reforma. Esse é um ponto importante , destaca o professor.

O fundo terá um valor total de R\$ 160 bilhões e validade de 2025 a 2032.

Há ainda outros fundos, como o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Amazonas, o fundo para contribuições para infraestrutura e o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/10/glossa-rio-da-reforma-tributaria-entenda-os-principais-terminos-da-proposta-que-muda-a-forma-como-impostos-sao-cobrados.ghtml>

Reforma tributária: qual o impacto para Bolsa, dólar e crescimento do PIB?

Colaboração para o UOL, em São Paulo

A **reforma tributária**, aprovada com folga em dois turnos na Câmara dos Deputados, visa simplificar os pagamentos de **impostos** no Brasil. Para economistas e analistas do mercado, a Reforma pode ajudar a economia a crescer, impulsionar a Bolsa e ajudar com a **inflação**.

Veja abaixo a previsão dos especialistas consultados pelo UOL para os impactos da **Reforma Tributária** na economia.

O **PIB** do Brasil pode crescer com a **Reforma Tributária**. O motivo é a simplificação dos **tributos** pagos no país, que acontecerá pela redução no número de **impostos** e pela desoneração do investimento e da exportação. Tudo isso deve acarretar um crescimento de 0,5% a mais do **PIB**, podendo chegar a até 1% ao ano, nos próximos 15 anos, afirmou o economista Simão Silber, professor do Departamento de Economia da FEA/USP e pesquisador da Fipe.

O Santander acredita que o **PIB** pode subir 20% nos próximos 20 anos. Cerca de 70% desse impacto vem do aumento de eficiência e de produtividade das empresas. O restante vem do aumento na taxa de investimento dessas empresas e de grandes investidores. Para o Santander, a **Reforma Tributária** pode aumentar a competitividade das empresas, reduzir a desigualdade entre os estados e diminuir a injustiça social.

A XP acredita que o **PIB** pode subir entre 0,7% a 1,2% ao ano, pelos próximos 15 anos. Segundo a XP, a indústria seria a maior beneficiada da reforma, enquanto os serviços podem sofrer mais impactos negativos.

O crescimento da economia deve compensar as perdas para o setor de serviços. Isso, porém, pode demorar, e deve começar a ocorrer de forma direta a partir de 2027, diz a XP.

Impacto sobre o dólar pode ser positivo. Isso porque, com a melhora do sistema tributário e do desempenho da economia do país, mais investidores estrangeiros podem trazer o seu dinheiro para cá, diz Silber.

No entanto, queda do dólar pode não se manter. O economista André Perfeito estava que a moeda chegue a R\$ 5,00 no final do ano. Esse é a mesma estimativa do Focus, o boletim semanal do Banco Central. Para 2024, a expectativa é que o dólar chegue a R\$ 5,10. Como disse uma coisa é a expectativa de corte de juros, outra bem diferente vai ser quando começar a cortar de fato a taxa básica, disse ele

Além da economia brasileira, também pesa no dólar a política de juros nos EUA. Isso porque o Banco Central americano, o Fed, pode voltar a subir os juros por lá, o que leva investidores a tirarem seu dinheiro do Brasil para alocar nos EUA, uma economia bem mais madura e segura. Assim, o dólar sobe.

Mas, no longo prazo, Reforma melhora economia brasileira, o que atrai investidores.

Os investidores estrangeiros também mudam. É o que diz o economista-chefe da Mirae Asset, Julio Hegedus Netto. Sairemos do investidor hot money, mais especulador, para o que pretende estender negócio, diz ele. Se o investidor especulador está no Brasil apenas para ganhar no curto prazo, o outro perfil pretende fazer investimentos no longo prazo. Isso ajuda o dólar a se manter no Brasil e, mantidas as condições atuais, o real tende a se valorizar em relação ao real.

O mercado financeiro pode se beneficiar da reforma.

O Santander acredita que o Ibovespa atingir 140 mil pontos até junho de 2024. A **Reforma Tributária** é um dos fatores que pode contribuir para esse resultado, diz o banco.

Para o Bank of America, o Ibovespa pode chegar aos 135 mil pontos até o fim do ano. Mas, segundo relatório divulgado pelo banco americano, isso deve acontecer principalmente porque os preços das ações hoje estão baratos em relação ao histórico.

Outro fator que está prejudicando a Bolsa brasileira é o setor de commodities. É o caso da Vale e de petroleiras, que pesam bastante no Ibovespa e estão em baixa.

Para a XP, o setor que mais pode se beneficiar é a indústria. O setor poderia crescer até 25% acima do

cenário sem reforma em 15 anos.

Mas, ainda que esses efeitos sejam positivos, só devem ser verificados em prazos mais longos. Isso porque as mudanças devem ocorrer de forma gradual e os seus efeitos tendem a ser menores em um primeiro momento e crescer ao longo do tempo.

A reforma não visa alterar a arrecadação de **impostos** para pessoa física, e sim para as empresas. Mesmo assim, deve haver um impacto positivo para os consumidores, segundo o especialista em direito econômico, financeiro e tributário Michel Haber, professor do Ibmec-SP.

Veja aqui o que a **Reforma Tributária** muda para o bolso do consumidor.

Sistemas tributários complexos geram custos de conformidade para as empresas, que são os custos que a empresa tem para decifrar e estar conforme a **legislação tributária**. Obviamente a empresa repassa esse recurso para o consumidor final, afirmou. Segundo ele, esses custos serão reduzidos e também repassados para o consumidor. Por isso, produtos e serviços podem ficar mais baratos.

A proposta inicial da **reforma tributária** deixava dúvidas sobre o impacto para a **inflação**, principalmente por causa dos **impostos** sobre a cesta básica. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) chegou a calcular que a reforma poderia causar um aumento de, em média, 59,84% nos **impostos** sobre a cesta básica.

Mas a versão aprovada isenta os alimentos da cesta básica de **tributos**. Os itens que entrarão na cesta básica nacional ainda terão que ser definidos.

Com essa isenção, a **inflação** deve cair. Com a alíquota zero para a cesta básica, isso tende a reduzir o processo inflacionário, diz a economista Carla Beni, professora da FGV.

Mesmo com a melhora na economia e na **inflação**, não é possível afirmar se a aprovação da **reforma** levará a uma queda na taxa de juros. Se a reforma vai contribuir para que a taxa Selic caia no segundo semestre, isso é uma questão muito específica da condução do Banco Central.

Para a especialista, a taxa de juros já podia ter caído. Isso porque o Brasil é o país com a maior taxa de juros do mundo, quase 7%, em um levantamento feito com 26 economias pela B3. Mesmo assim, os juros dependem da decisão do BC.

A poupança é o investimento mais usado pela maioria

dos brasileiros. Mas há outras opções que podem ser mais vantajosas e que rendem mais.

Para quem está começando a investir, UOL fez uma série de quatro aulas ao vivo sobre como diversificar sua carteira.

O tema foi Como sair da poupança com segurança para ganhar mais dinheiro. Falamos sobre as opções de investimento que existem, como avaliar o seu perfil para investir de acordo com sua tolerância ao risco, como diversificar sua carteira e como saber se os seus investimentos estão de acordo com os seus planos e sonhos.

As quatro aulas já estão no ar. O primeiro episódio e fala sobre quais são os principais investimentos existem, como funcionam e quais são seus riscos. Assista à aula completa aqui. Já o segundo episódio mostra como descobrir qual é o seu perfil de investidor para aplicar melhor seu dinheiro, veja aqui. Já a terceira aula fala sobre como montar uma carteira de investimentos e está disponível aqui. O último episódio, sobre como movimentar sua carteira, pode ser assistido na íntegra aqui.

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às 16h40.

Assinantes do UOL podem reassistir às aulas quantas vezes quiserem. Ao final, os assinantes ainda vão ganhar um guia exclusivo sobre como investir além da poupança. Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre como ter renda passiva pingando na sua conta com os investimentos. Para saber mais, acesse o especial Guia de Investimentos para ter Renda Passiva, exclusivo para assinantes.

Você quer aprender a ganhar dinheiro com segurança em investimentos no curto, médio e longo prazo, mesmo que nunca tenha investido?

A página de investimentos do UOL tem uma newsletter gratuita que o ajuda nesse objetivo. Ao assinar, você recebe todos os dias, antes da abertura da Bolsa, uma análise do mercado feita pela equipe do PagBank Investimentos. Com essa newsletter, você vai aprender a investir e entender o que está acontecendo com o mercado.

Além da newsletter diária, você também recebe, semanalmente, uma análise sobre investimentos, com dicas sobre como aplicar melhor e com segurança seu dinheiro. Para assinar a newsletter gratuita de investimentos do UOL, é só clicar aqui. Há ainda

conteúdos diários sobre diversos tipos de ativos.

Tem dúvidas sobre ações, fundos e outros investimentos da Bolsa? Envie sua pergunta para uoleconomiafinancas@uol.com.br .

Este material não é um relatório de análise, recomendação de investimento ou oferta de valor mobiliário. Este conteúdo é de responsabilidade do corpo jornalístico do UOL Economia, que possui liberdade editorial. Quaisquer opiniões de especialistas credenciados eventualmente utilizadas como amparo à matéria refletem exclusivamente as opiniões pessoais desses especialistas e foram elaboradas de forma independente do Universo Online S.A.. Este material tem objetivo informativo e não tem a finalidade de assegurar a existência de garantia de resultados futuros ou a isenção de riscos. Os produtos de investimentos mencionados podem não ser adequados para todos os perfis de investidores, sendo importante o preenchimento do questionário de suitability para identificação de produtos adequados ao seu perfil, bem como a consulta de especialistas de confiança antes de qualquer investimento. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura e não está isenta de tributação. A rentabilidade de produtos financeiros pode apresentar variações e seu preço pode aumentar ou diminuir, a depender de condições de mercado, podendo resultar em perdas. O Universo Online S.A. se exime de toda e qualquer responsabilidade por eventuais prejuízos que venham a decorrer da utilização deste material.

Site: <https://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2023/07/10/reforma-tributaria-impacto-bolsa-dolar-economia.htm>

Emenda "Cavalo de Troia" permite criação de mais tributos

A proposta de **reforma tributária** aprovada na madrugada desta sexta-feira na Câmara autoriza os Estados e o Distrito Federal a criar um novo tributo local para financiar investimentos até 2043. A autorização foi incluída na "emenda aglutinativa" apresentada em plenário durante a votação.

Essa emenda atendia a diversos pedidos de setores e até mesmo do governo Lula. Apelidada de "Cavalo de Troia", tem 34 páginas e artigos que beneficiam de igrejas a clubes esportivos.

Permite, por exemplo, que governadores criem uma contribuição sobre produtos primários e semielaborados produzidos em seus Estados. Esse tipo de contribuição, até agora, era prerrogativa da União.

Para o tributarista Luiz Bichara, do escritório Bichara Advogados, a emenda cria uma nova competência constitucional, dando autorização para que os Estados criem **tributos** novos.

Seria, diz, um "descompromisso" da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada na Câmara com a manutenção da carga tributária.

"Certamente estamos diante de um dispositivo que vai onerar exportações", disse. "Amanhã os Estados poderão tributar com essa nova contribuição petróleo, energia, minério...", afirmou.

Imunidade A PEC da **reforma tributária** também ampliou a imunidade tributária de "templos de qualquer culto", incluindo "suas organizações assis-tenciais e beneficentes", na contramão da tentativa feita pela **Receita Federal** nos últimos anos de diminuir essas isenções.

O texto também prevê novas hipóteses de alíquotas reduzidas em 60% do novo imposto para produtos e insumos agrícolas, atividades desportivas e cibersegurança.

Tributaristas alertam que, quanto maior for o número de atividades beneficiadas por alíquotas reduzidas, maior será a alíquota padrão para compensar a perda.

A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 45/2019, foi um feito histórico do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas é

preciso melhorar o texto, avaliam economistas.

Apesar de reconhecerem avanços na unificação de **impostos** e simplificação do sistema, eles ressaltam preocupação com o grande número de exceções criadas.

Críticas O fato de ser uma aprovação histórica não significa que o texto está bom, pondera o economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto. Ele avalia que o texto passou com "muitos e graves problemas", e que a Câmara dos Deputados e seu presidente, Arthur Lira (PP-AL), colaboraram para isso.

"São diversos os aspectos ruins: Conselho Federativo, alíquotas estimadas, transição mal desenhada para o imposto sobre bens e serviços (IBS), fundo de compensação de incentivos sem limitação clara de aportes da União, exceções numerosas em relação à alíquota de referência, dentre outros", diz.

Ele complementa que o Conselho Federativo, que vai gerir o IBS e foi motivo de polêmica entre os governadores, é particularmente preocupante, não apenas pela questão da autonomia, mas também pelo incentivo "perverso" gerado na devolução de créditos aos contribuintes.

Defesa Por outro lado, o ex-presidente do Banco Central e um dos defensores da PEC comemorou a aprovação. "Foi um enorme avanço", diz. O manifesto já ressaltava que não existe reforma ideal, mas que era preciso considerar que ela terá um efeito muito positivo sobre a produtividade e o crescimento do país. Em nota oficial divulgada à imprensa, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, afirmou que a aprovação do texto é uma vitória do Brasil e definiu a reforma como uma das condições essenciais para que se consiga destra-varo progresso e o bem-estar social (Da Folhapress).

SERVIÇO] ENTENDA A **REFORMA TRIBUTÁRIA** SOBRE O CONSUMO

TRIBUTOS FEDERAIS EXTINTOS IPI, PIS, Cofins
TRIBUTOS ESTADUAIS EXTINTOS ICMS e ISS
TRIBUTOS CRIADOS Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), na esfera federal Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal

Imposto seletivo (sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente) ALÍQUOTAS Haverá uma alíquota única como regra geral (a ser definida) e 50% de redução para os seguintes setores: serviços de educação, serviços de saúde, dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência, medicamentos e produtos de saúde menstruai, serviços de transporte coletivo rodoviário, ferroviário e hidroviário, produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura, insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal, produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais OUTRAS REDUÇÕES QUE PODERÃO SER FEITAS POR LEI COMPLEMENTAR: Isenção para transporte coletivo Recução de 100% de alíquota para medicamentos e dispositivos médicos para pessoas com deficiência, além de produtos hortícolas, frutas e ovos Redução em 100% da alíquota da CBS incidente sobre o Prouni Câmara aprovou a proposta em dois turnos, nesta sexta-feira, na última sessão antes do recesso parlamentar. PEC agora vai ser encaminhada para o Senado.

Limite de receita anual de R\$ 3,6 milhões para que o produtor rural pessoa física ou jurídica possa não pagar IBS e CBS CASHBACK Possibilidade de devolução de **tributos** a pessoas físicas, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda FUNDOS Texto cria Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com recursos da União para estados, para reduzir as desigualdades regionais e sociais Texto prevê Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, com recursos da União e por ela gerido (a ser criado e detalhado por lei complementar) Institui Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiros-fiscais do Imposto, destinado a compensar benefícios a empresas que fiquem comprometidos após reforma, com repasses anuais da União a estados de 2025 a 2032, começando em R\$ 8 bilhões e chegando a um pico de R\$ 32 bilhões por exercício Conselho Federativo (que vai gerir IBS) composto por: TI membros, representando cada Estado e o Distrito Federal; TI membros, representando municípios e o Distrito Federal (sendo 14 representantes com base nos votos de cada município com valor igual para todos, e 13 representantes com base nos votos de cada município ponderados pelas respectivas populações)

Reforma tributária pode afetar ações na Bolsa e a renda fixa

A atenção dos agentes do mercado financeiro se voltou na última semana às discussões em tomo da tramitação da **Reforma Tributária** em Brasília, aprovada na quinta-feira (6) pela Câmara dos Deputados.

A pauta econômica e o compromisso do governo com uma agenda vista pelos investidores como responsável fiscalmente foi bem recebida pelo mercado, com uma alta de 1,2% do Ibovespa na sexta-feira (7). "O principal impacto nos mercados financeiros neste momento é na queda do risco Brasil", diz Michael Viriato, assessor de investimentos e autor do blog De grão em grão, da Folha.

A aprovação demonstra um alinhamento entre Congresso e governo e a perspectiva de outros projetos para desenvolvimento do país, afirma Viriato, acrescentando que a redução do risco país faz com que investidores cobrem menos para emprestar para o governo.

Segundo análise do banco americano Goldman Sachs divulgada na sexta-feira (7), a potencial unificação de **impostos** sobre bens e serviços deve ter efeitos diferentes para as empresas na Bolsa.

Os analistas do banco assinalam que a alíquota do ISS (Imposto Sobre Serviços) cobrada pelos municípios oscila ao redor de 2% a 5%, enquanto a do IPI (Imposto sobre produtos industrializados) gira entre 1% e 40%.

Ainda não há definição sobre a alíquota do IVA (Imposto sobre Valor Adicionado), mas sinalizações do governo indicam que o percentual deve ficar em tomo de 25%. "Dado que a proposta do IVA é de unificar os **impostos** com um impacto neutro na arrecadação, a **reforma tributária** pode aumentar os **impostos** sobre empresas de serviços, ao mesmo tempo em que potencialmente reduziria os **impostos** sobre os segmentos mais tributados do setor industrial", diz o relatório do Goldman Sachs.

Com isso, é possível que as empresas de serviços se vejam pressionadas a aumentar os preços para compensar os **impostos** maiores, com consequente redução da demanda, avaliam os analistas do Goldman Sachs. "Bancos e empresas de transportes aparecem entre os nomes mais expostos à **reforma**

tributária sobre o consumo", aponta o relatório do Goldman Sachs.

O banco lembra ainda que não está descartada uma taxa diferenciada a ser cobrada das instituições financeiras, que já pagam uma alíquota de 45% (25% de imposto de renda e 20% de contribuição social), contra uma média de 34% para as grandes empresas.

Os analistas destacam também que, entre as ações sob a sua cobertura, exportadoras como PetroRio, Suzano e JBS talvez não sejam afetadas pela reforma, já que não há previsão de aplicação do IVA sobre as exportações. No caso da JBS, eles lembram que o frigorífico pode se beneficiar do subsídio previsto no projeto para a cesta básica. Na mesma linha, os analistas acrescentam que a Rede DOr também pode estar entre os nomes beneficiados, pela previsão de taxas reduzidas para prestadoras de serviços médicos.

Analista da Nord Research, Danielle Lopes acrescenta que, pela proposta da reforma, o imposto será cobrado no destino, ou seja, no local do consumo, e não mais na origem como é feito no regime tributário atual.

Por conta disso, a analista diz que a Ambev, com o foco na produção de bebidas alcoólicas, deve ser bastante prejudicada, uma vez que o Brasil corresponde a 50% do faturamento da companhia.

Os analistas da XP acrescentam que, para bebidas alcoólicas, pode haver incidência adicional do Imposto Seletivo destinado à qualquer produto prejudicial saúde. "No setor de frigoríficos, o mais impactado seria BRF pela maior exposição ao mercado brasileiro, ao contrário dos pares com maior foco em exportações, como Minerva, Marfrig e JBS", diz Danielle.

RENDA FIXA

Analistas avaliam também que a **Reforma Tributária** é capaz de ampliar o movimento de queda no mercado de juros futuros, que embute as expectativas dos agentes financeiros para os rumos da política monetária. Quedas adicionais dos juros futuros, por sua vez, podem alimentar o potencial de alta das ações na Bolsa de Valores.

Analista de renda fixa da Nord Research, Christopher

Galvão diz que, enquanto a **Reforma Tributária** tem potencial de aumentar o crescimento da economia nos próximos anos, o arcabouço fiscal, também em discussão no Congresso, trouxe uma melhora da trajetória esperada da dívida federal.

"A gente já vem tendo uma queda importante dos juros de longo prazo, e a aprovação da **Reforma Tributária** poderia ser mais um fator a contribuir para esse movimento de queda, visto que teríamos a perspectiva de uma trajetória mais sustentável da relação entre dívida e **PIB**", afirma Galvão.

Nas últimas semanas, bancos e corretoras adotaram uma visão mais positiva para o desempenho da Bolsa brasileira nos próximos meses, sendo a queda dos juros um dos principais catalisadores para o desempenho esperado à frente. (FP)

Site: <https://opopular.com.br/digital/10-julho-2023/1o-caderno>

Reforma melhora o ambiente para investir - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

O grande avanço da **reforma tributária** aprovada pela Câmara dos Deputados é a simplificação do sistema. A principal mudança é a substituição de cinco **impostos** (PIS, Cofins, IPI, ISS, ICMS) por dois, o CBS (federal) e o IBS (estadual e municipal).

A extinção do ICMS é o ponto mais importante, pois acaba com um grande número de problemas causados pela convivência de 27 legislações estaduais. Com uma estrutura mais simples, após 30 anos de discussões poderemos ter um melhor ambiente de negócios e uma maior capacidade de atrair investimentos.

O atual sistema tributário é extremamente complexo e causa prejuízos ao País. Segundo estudo do Banco Mundial, uma empresa brasileira gasta, em média, mais de 2.600 horas por ano só com burocracia para pagar **impostos** - não falo aqui de tempo de trabalho para gerar receita capaz de bancar os **tributos**, mas de horas de trabalho de contadores, advogados etc, para cumprir a burocracia.

Essa complexidade aumenta o custo Brasil, afasta investidores e prejudica empreendedores.

Lembro de uma visita de um investidor japonês, que me disse: "É difícil produzir aqui, né?". Em uma conversa com um presidente de uma multinacional que atua no Brasil, ouvi o seguinte: "Nossa eficiência da porta da fábrica para dentro é a maior do mundo; da porta para fora, é das piores do mundo". O tema das duas conversas era a complexidade tributária.

Políticos e empresários podem apontar defeitos na reforma aprovada - exceções demais, poderes de menos etc.

Em 2020, quando eu era secretário da Fazenda de São Paulo, os Estados apresentaram um projeto que tinha unanimidade pela primeira vez em 30 anos. Considero aquele texto melhor, mas o projeto aprovado é o possível dentro do que a política permite e proporciona um grande avanço. Espero que o Senado aperfeiçoe alguns pontos e aprove rapidamente o texto a partir de agosto.

A redução do número de **tributos** e a unificação de

alíquotas trará aumento de carga para alguns setores da economia, que obviamente não querem isso.

Há governadores insatisfeitos porque gostam de ter o poder de tributar, discutir alíquotas com cada contribuinte, de oferecer alíquotas menores para atrair empresas. Eu entendo que eles não queiram perder esse poder.

Mas mais importante que isso é o ganho de produtividade para toda a economia brasileira.

Quem investe no Brasil terá melhores condições de produzir, o que é essencial para gerar mais empregos e renda e fazer a economia crescer. Isso só é possível com um sistema tributário racional, que esperamos há 30 anos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária: criticada pelos méritos, não pelos defeitos (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

O principal objetivo de um imposto sobre o consumo é arrecadar. Ele não se presta para fazer política setorial, regional ou social.

Para esses fins o governo deve usar ações específicas, devidamente expressas no Orçamento, e com avaliações periódicas de custos e benefícios.

É consenso entre os especialistas que a melhor forma de tributar o consumo é mediante um imposto sobre o valor adicionado (IVA), que não afete a decisão econômica do que, onde, como, quando e quanto produzir.

Se influenciar essas escolhas, o tributo tende a gerar alocação ineficiente de recursos, o que reduz o crescimento potencial da economia.

Além disso, um bom IVA deve ser transparente, ou seja, o contribuinte precisa saber com clareza quanto do preço do bem ou serviço refere-se ao tributo. Idealmente, o IVA deve ter alíquota única, expressa como porcentual do preço antes do imposto (cálculo por fora); ser não cumulativo, mas cobrado no destino; ter legislação clara e unificada para todo o território nacional; e não pode onerar os investimentos e as exportações.

Apesar de não terem sido completamente incorporados, esses objetivos guiaram a elaboração da PEC 45/19, já aprovada na Câmara federal, que instituiu dois novos **tributos** sobre o valor adicionado (a CBS, federal, e o IBS, este partilhado entre Estados, municípios e o Distrito Federal) além de um imposto seletivo, que substituirão gradualmente cinco outros: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

As críticas mais duras, e equivocadas, são contra os maiores méritos da PEC. Uma delas é que não se deveria aumentar a tributação do setor de serviços, por ser ele o maior gerador de empregos. Mas não há justificativa econômica para se beneficiar o consumo de serviços em detrimento do de bens.

Além disso, não se leva em conta que muitos

prestadores de serviços não serão atingidos por estarem no sistema Simples Nacional, ou por atuarem no meio da cadeia produtiva, onde os novos **tributos** gerarão crédito para os compradores.

Também é improcedente que a reforma fira a autonomia federativa, dado que os Estados e municípios, com votação paritária, é que constituirão o Conselho Federativo, entidade pública que administrará o IBS.

Mas a reforma tem vários pontos fracos, que foram introduzidos à versão inicial da PEC 45/19 não por razões técnicas, mas para viabilizá-la politicamente.

Há enorme lista de bens e serviços com alíquotas nulas ou reduzidas para 40% da referencial, o que onera o tributo para os demais setores e fere o princípio da neutralidade alocativa.

Muitas questões complexas foram deixadas para futuras leis complementares, e os períodos de transição serão bastante longos. O IBS só deverá estar totalmente implantado em 2032, e sua transição para cobrança no destino só se completará em 2078, ou seja, quando os bebês nascidos em 2023 estarão com 55 anos de idade.

Haja paciência

Claudio Adilson Gonzalez, Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bernard Appy Sem exceções, novo imposto teria uma alíquota inferior a 25%

Alexa Salomão, Idiana Tomazelli e Fábio Pupo

Brasília Onde tomar uma cerveja em Brasília por volta das 21h30 de sexta (7) era a dúvida de Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, após a Câmara dos Deputados aprovar a mais ampla mudança no sistema de **impostos** em quase seis décadas -tema ao qual ele dedica sua atuação profissional. Sem grandes opções, a comemoração com colegas de governo aconteceu na loja de conveniência de um posto de gasolina.

A proposta aprovada não foi a ideal, sobretudo pelas flexibilizações de última hora que acabaram contemplando de clubes de futebol a igrejas. De acordo com Appy, quanto maior o número de exceções, maior será a alíquota do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado, central do modelo).

"Toda exceção aumenta a alíquota. Essa vai ter que ser uma discussão que, no Senado, espero que seja muito informada", afirma à Folha. "Se não tivesse nenhuma exceção e com essa redução de sonegação, a gente teria uma alíquota bem... Poderia ser inferior a 25%. Claramente inferior a 25%."

A próxima etapa da Reforma deve reacender a discussão em torno do chamado Conselho Federativo, órgão que vai arrecadar e gerenciar a parcela do tributo que cabe a estados e municípios e que foi alvo de resistência de governadores, preocupados com eventual perda de autonomia.

"Estão achando que o Conselho Federativo vai ser uma instância política, vai ter poder político, e não vai. É uma instância técnica", diz. "Vai ser menos poderoso que qualquer Secretaria de Fazenda."

Agora, a equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda) se volta também à reforma do Imposto de Renda -que terá o desafio de cumprir a promessa do presidente Lula (PT) por mais isenção e também gerar recursos para desonerar a folha de salários. "Nosso trabalho é tornar o impossível possível", diz.

*

O que ficou mais distante do que o sr. gostada na reforma? O que seria mais urgente para mudar no Senado? Não tenho que dizer o que o Senado deve ou

não mudar. Mas se você me perguntar o que eu gostaria que ficasse diferente, diria que gostaria de menos exceções do ponto de vista setorial.

Mas é importante a gente entender que, ainda assim, o avanço é brutal. A gente tem um sistema absurdamente complexo. Do jeito que saiu, mesmo com as exceções, é um sistema infinitamente mais simples do que o atual. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, apesar das exceções setoriais, você continuou com a completa desoneração das exportações e de investimentos, com a eliminação de toda essa cumulatividade que prejudica a competitividade da produção nacional.

Terceiro, o projeto elimina praticamente todas as distorções a locativas que a gente tem hoje. Distorções como a que faz um caminhão dar uma volta maior pelo país à toa.

Com quais exceções o sr. menos concorda? Não vou entrar em detalhe porque não faz sentido, mas gostaria que a gente adotasse basicamente a lista de exceções que é padrão no resto do mundo, que inclui as politicamente mais importantes: saúde, educação, alimentos. A decisão é do Parlamento.

Diante da série de concessões, tem espaço ou gordura para mexer mais? Temem uma flexibilização ainda maior no Senado? Espero que qualquer discussão setorial considere custos e benefícios. Quando tenho uma alíquota menor para um determinado bem ou serviço, como o modelo todo é feito para manter a carga tributária, tem que ter uma alíquota maior para os outros.

Não posso restringir, [dizer que] existe limite para o que o Parlamento pode fazer. O importante é que a discussão seja informada. Gostaria que fosse feita com mais calma do que essa correria da reta final na Câmara. Mas assim é a política. Talvez se não fosse feito desse jeito, não tivesse sido aprovado. Quando você deixa o projeto muito tempo em aberto, vai aparecer mais pressão ainda do que apareceu. Não estou dizendo que a opção da Câmara foi errada, pode ter sido a opção correta.

Algumas estimativas apontavam que a alíquota do IVA ficaria em torno de 25%. A ampliação de exceções

pode elevar esse percentual? Sim, óbvio. Tem dois movimentos que se contrapõem aqui. De um lado, quanto mais exceções, maior a alíquota. Por outro, [menor será a alíquota] quanto menor o gap de conformidade, que é a diferença entre o que se arrecadaria se todo mundo pagasse imposto com base na legislação e o que arrecada. A gente tem certeza que esse gap vai cair com a Reforma. Pelas minhas conversas das últimas semanas, vai cair mais do que eu imaginava.

Minhas contas recentes mostram que, se não tivesse nenhuma exceção e com essa redução de sonegação, a gente teria uma alíquota bem... Poderia ser inferior a 25%. Claramente inferior a 25%. Mas toda exceção aumenta a alíquota. Essa vai ter que ser uma discussão que, no Senado, espero que seja muito informada.

Governadores mencionam o risco de a alíquota passar de 30%. Existe esse risco? Acredito que não.

Como o sr. vê a emenda que cria uma nova contribuição estadual? Hoje alguns estados têm contribuições, vamos dizer assim, "voluntárias", das empresas para fundos estaduais, em troca de diferimento na cobrança de ICMS, sobretudo na saída de produtos agropecuários. São uma fonte de receita importante para esses estados.

No plenário foi feita essa opção e foi colocado esse texto, deixando claro que é limitado àquilo que existia em 30 de abril deste ano. Também tem prazo para terminar, em 2043. Então, não está abrindo para qualquer estado fazer.

Não foi uma decisão do Executivo. O Parlamento decidiu. Vai ser um tema que o Senado terá de avaliar. Mas acho que, se o Parlamento decidir manter, é importante dizer que não pode ser maior do que o que já existia antes.

Tributaristas dizem que a redação abre a possibilidade de tributar exportação. A porta está aberta? Se a redação não estiver clara, acho que o Senado precisa deixar mais clara, e decidir se mantém ou não.

Tinha uma reclamação dos outros estados, que temiam ter de bancar a perda de arrecadação desses fundos... Para os estados que têm esses fundos, sobretudo no Centro-Oeste, é muito importante manter essa receita. A Reforma não quer ter impacto sobre as finanças públicas de nenhum ente nacional. Mas é importante fazer isso de um jeito que não gere insegurança jurídica para ninguém e deixe todos os atores confortáveis. A ideia não é aumentar [a carga] que existe.

Houve uma negociação muito tensa em torno do Conselho Federativo. Vocês temem que essa discussão volte no Senado? Não tenho dúvida nenhuma que o tema vai aparecer no Senado, que é a casa da Federação.

As pessoas estão achando que o Conselho Federativo vai ser uma instância política, vai ter poder político, e não vai. É uma instância técnica. O que vai fazer é editar o regulamento do imposto, que é obrigação acessória. Vai operar o sistema de arrecadação, que é na verdade um algoritmo. Não tem poder nenhum nessa gestão da arrecadação. Ele tem algum poder na interpretação da legislação, mas é uma questão técnica. Não é uma questão de estado contra estado, mas de relação entre Fisco e contribuinte. [O Conselho] Vai ser menos poderoso que qualquer Secretaria de Fazenda.

A PEC criou um fundo para financiar a Zona Franca de Manaus. Não há risco de a fatura de repasses da União aos estados ficar muito pesada? Primeiro, a fatura da União [com repasses aos estados] ficou nesse montante crescente que chega a R\$ 40 bilhões a partir de 2029 [com o Fundo Desenvolvimento Regional e a compensação de benefícios do ICMS]. O próprio mercado entendeu que o ganho da Reforma em termos de crescimento e de aumento de receita é maior do que o custo que a União está assumindo.

Esse novo fundo para a Amazônia vai ser negociado, não vai ser feito de forma fiscalmente irresponsável em hipótese nenhuma. É para começar a criar alternativas de desenvolvimento para a região, inclusive baseando explorar mais a biodiversidade, a bioeconomia. Mas isso [valor] vai ficar para ser decidido depois, inclusive com o próprio governo do Amazonas.

A União não podia adotar a CBS mais cedo? Por que a demora? Por razões técnicas. Esperamos que o Senado aprove a Reforma neste ano. Temos o ano que vem para discutir e aprovar a lei complementar [de regulamentação]. Politicamente é mais simples, mas tecnicamente é muito mais complicado. A gente aprova [a lei] no fim de 2024. Preciso de um ano para montar sistemas. Depois, um período de teste. Na melhor das hipóteses, poderia dizer que viramos a chave dos **tributos** federais em 2026. Mas acho muito prudente ter um período de teste antes. Para antecipar, eu ia ter que criar puxadinho. Não vale a pena.

Não é uma pequena mudança no sistema brasileiro. Estamos criando um novo modelo de tributação no consumo de bens e serviços, totalmente baseado em economia digital. Tem alguns setores da economia que não emitem documento fiscal eletrônico. Não tem

como enrolar. Todo mundo vai ter que emitir até o final de 2025.

O relator criou uma Cesta Básica Nacional e a desonerou em 100%. Foi importante? Há risco de abrir para produtos demais? A avaliação política é que foi importante. Não é uma avaliação técnica minha. Vamos ter que discutir a regulamentação. Na cesta básica da África do Sul, a única proteína que tem é a sardinha. Não estou propondo isso para o Brasil, só estou dizendo que vamos ter que discutir. Se quiser colocar [algum produto], qual é a consequência para o resto da economia? Tem que considerar o efeito sobre a alíquota e o efeito operacional.

A PEC prevê que o governo apresente em seis meses após a promulgação uma reforma do Imposto de Renda e que o ganho de receitas financie a desoneração da folha. É adequado? Esse dispositivo está falando o que o governo já pretende fazer. Pode ser que o governo envie a proposta do IR antes mesmo de promulgada a PEC. E sim, a gente quer discutir junto a tributação da folha. A gente acha importante desonerar. Mas na situação fiscal do país, isso precisa ser financiado. No consumo não dá, porque a tributação já é altíssima. CPMF o governo não quer. Aí sobrou a renda.

Mas vai ser um desafio brutal, já que o presidente quer a isenção de até R\$ 5.000 para a pessoa física. No começo do ano, todo mundo achava impossível aprovar a **Reforma Tributária**. Agente aprovou. Nosso trabalho é tornar o impossível possível.

Não tenho que dizer o que o Senado deve ou não mudar. Mas se me perguntar o que eu gostaria que ficasse diferente, diria que menos exceções do ponto de vista setorial

As pessoas estão achando que o Conselho Federativo vai ser uma instância política, vai ter poder político, e não vai. É uma instância técnica

Todo mundo achava impossível aprovar a **Reforma Tributária**. A gente aprovou. Nosso trabalho é tornar o impossível possível

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50333&anchor=6480014&maxTouch=0&_ga=2.79561876.1202192540.1688958458-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=13c3ad09624dc930ae19bc4bf88bb1e3

Entenda o atual sistema tributário do Brasil

De onde vêm os **tributos**

A maior fonte de recursos federais vem da tributação sobre renda, lucros e ganhos, feita por meio do Imposto de Renda/CSLL. O governo Lula pretende promover uma reforma desses **tributos** no segundo semestre de 2023

Outra grande fonte são os **tributos** sobre mão de obra, para custear, por exemplo, a Previdência. A reforma do IR também deve tratar da tributação da folha de pagamento

A **reforma tributária** aprovada em julho na Câmara trata da tributação do consumo. Ela acaba com o PIS e a Cofins, que serão transformados na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Será criado também o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com a unificação do ICMS estadual e do ISS municipal. A proposta transforma ainda o IPI em um Imposto Seletivo aplicado, por exemplo, a cigarros e bebidas

O IOF é o principal tributo sobre transações financeiras

Parte dos **impostos** federais, principalmente do IR, é repassada para os estados, que têm como principal tributo próprio o ICMS, seguido pelo IPVA

Os municípios também recebem parte do Imposto de Renda, além de uma parcela do ICMS e do IPVA. A arrecadação é reforçada pelo ISS e pelo IPTU

*A receita total para o regime próprio da União conta com outras fontes de financiamento

**O total das receitas não é igual ao total de gastos, pois pode haver déficit ou superávit nas contas; também há diferenças metodológicas e de datas dependendo da fonte dos dados Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Dados para 2022, exceto para as transferências, atualizadas com valores de 2021

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50333&anchor=6480014&maxTouch=0&_ga=2.79561876.1202192540.1688958458-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=13c3ad09624dc930ae19bc4bf88bb1e3

Reforma deve ter efeitos diferentes sobre ações na Bolsa

Lucas Bombana

A atenção dos agentes do mercado financeiro se voltou na última semana às discussões em torno da tramitação da **Reforma Tributária** em Brasília, aprovada na quinta-feira (6) pela Câmara dos Deputados. O texto agora segue para análise do Senado Federal.

A pauta econômica e o compromisso do governo com uma agenda vista pelos investidores como responsável fiscalmente foi bem recebida pelo mercado, com uma alta de 1,2% do Ibovespa na sexta-feira (7).

"O principal impacto nos mercados financeiros neste momento é na queda do risco Brasil", diz Michael Viriato, assessor de investimentos e autor do blog De grão em grão, da Folha.

A aprovação demonstra um alinhamento entre Congresso e governo e a perspectiva de outros projetos para desenvolvimento do país, afirma Viriato, acrescentando que a redução do risco país faz com que investidores cobrem menos para emprestar para o governo.

"Isso reduz despesa de juros paga pelo governo e, ao mesmo tempo, reduz o custo de capital para que empresas peguem empréstimos para realizar investimentos."

O maior impacto sobre as carteiras de investimento, no entanto, ainda é esperada para o segundo semestre, quando devem entrar no foco do Congresso a segunda parte **reforma tributária**, desta vez sobre o Imposto de Renda.

Tópicos como a eventual taxação dos dividendos e o fim do JCP (juros sobre o capital próprio), práticas bastante comuns entre as empresas listadas em Bolsa, devem fazer parte das discussões durante os próximos meses.

De toda forma, com a aprovação da **Reforma Tributária** sobre o consumo, analistas destacam que algumas empresas na Bolsa devem ser mais impactadas do que outras, caso as mudanças propostas se -jam de fato sancionadas.

Segundo análise do banco americano Goldman Sachs divulgada na sexta-feira (7), a potencial unificação de **impostos** sobre bens e serviços deve ter efeitos diferentes para as empresas na Bolsa.

Os analistas do banco assinalam que a alíquota do ISS (Imposto Sobre Serviços) cobrada pelos municípios oscila ao redor de 2% a 5%, enquanto a do IPI (Imposto sobre produtos industrializados) gira entre 1% e 40%.

Ainda não há definição sobre a alíquota do IVA (Imposto sobre Valor Adicionado), mas sinalizações do governo indicam que o percentual deve ficar em torno de 25%.

"Dado que a proposta do IVA é de unificar os **impostos** com um impacto neutro na arrecadação, a **reforma tributária** pode aumentar os **impostos** sobre empresas de serviços, ao mesmo tempo em que potencialmente reduziria os **impostos** sobre os segmentos mais tributados do setor industrial", diz o relatório do Goldman Sachs.

Com isso, é possível que as empresas de serviços se vejam pressionadas a aumentar os preços para compensar os **impostos** maiores, com consequente redução da demanda, avaliam os analistas do Goldman Sachs.

"Bancos e empresas de transportes aparecem entre os nomes mais expostos à **Reforma Tributária** sobre o consumo", aponta o relatório do Goldman Sachs.

O banco lembra ainda que não está descartada uma taxa diferenciada a ser cobrada das instituições financeiras, que já pagam uma alíquota de 45% (25% de Imposto de Renda e 20% de contribuição social), contra uma média de 34% para as grandes empresas.

Os analistas destacam também que, entre as ações sob a sua cobertura, exportadoras como PetroRio, Suzano e JBS talvez não sejam afetadas pela reforma, já que não há previsão de aplicação do IVA sobre as exportações.

No caso da JBS, eles lembram que o frigorífico pode se beneficiar do subsídio previsto no projeto para a cesta básica. Na mesma linha, os analistas acrescentam que a Rede D"Or também pode estar

entre os nomes beneficiados, pela previsão de taxas reduzidas para prestadoras de serviços médicos.

Analista da Nord Research, Danielle Lopes acrescenta que, pela proposta da reforma, o imposto será cobrado no destino, ou seja, no local do consumo, e não mais na origem como é feito no regime tributário atual.

Por conta disso, a analista diz que a Ambev, com o foco na produção de bebidas alcoólicas, deve ser bastante prejudicada, uma vez que o Brasil corresponde a 50% do faturamento da companhia.

Os analistas da XP acrescentam que, para bebidas alcoólicas, pode haver incidência adicional do Imposto Seletivo destinado à qualquer produto prejudicial à saúde.

"No setor de frigoríficos, o mais impactado seria BRF pela maior exposição ao mercado brasileiro, ao contrário dos pares com maior foco em exportações, como Minerva, Marfrig e JBS", diz Danielle.

Os analistas do Goldman Sachs listam também as empresas que podem ser mais impactadas pela segunda etapa da **Reforma Tributária**, relativa ao imposto de renda.

No caso do eventual fim do JCR o impacto pode se materializar para as empresas na Bolsa de maneira negativa porque a modalidade de remuneração aos acionistas é considerada uma despesa financeira e diminui o lucro tributável, ou seja, a distribuição de lucros via JCP reduz o valor de imposto a ser pago por uma companhia.

Entre as ações na B3 sob cobertura do Goldman Sachs, Ambev, Telefônica Brasil, Itaú, Banco do Brasil, Lojas Renner, Bradesco e Localiza são as que mais se beneficiam do JCP para reduzir o valor de imposto a ser pago, e, portanto, seriam as mais impactadas com o fim da medida.

Já no caso de uma taxa sobre os dividendos, Petrobras, PetroRio, Telefônica Brasil, BB Seguridade, Banco do Brasil, B3 e Cielo são apontadas pelo banco entre as potencialmente mais afetadas pela medida.

"Mesmo em um cenário de tributação dos dividendos, isso não seria algo único e exclusivo do Brasil, que é um dos poucos países do mundo em que não ocorre a taxa", comenta Danielle, da Nord.

Analistas avaliam também que a **Reforma Tributária** é capaz de ampliar o movimento de queda no mercado de juros futuros, que embute as expectativas dos agentes financeiros para os rumos da política monetária. Quedas adicionais dos juros futuros, por

sua vez, podem alimentar o potencial de alta das ações na Bolsa de Valores.

Analista de renda fixa da Nord Research, Christopher Galvão diz que, enquanto a **Reforma Tributária** tem potencial de aumentar o crescimento da economia nos próximos anos, o arcabouço fiscal, também em discussão no Congresso, trouxe uma melhora da trajetória esperada da dívida federal

"A gente já vem tendo uma queda importante dos juros [futuros] de longo prazo, e a aprovação da **Reforma Tributária** poderia ser mais um fator a contribuir para esse movimento de queda, visto que teríamos a perspectiva de uma trajetória mais sustentável da relação entre dívida e **PIB**", afirma Galvão.

Nas últimas semanas, bancos e corretoras adotaram uma visão mais positiva para o desempenho da Bolsa brasileira nos próximos meses, sendo a queda dos juros um dos principais catalisadores para o desempenho esperado à frente.

Economista-chefe da Suno Research, Gustavo Sunga crescenta que a adoção de um sistema com menos distorções, maior eficiência de alocação de recursos e mais transparência deve levar o país a uma trajetória de crescimento sustentável com aumento da produtividade.

"Com o crescimento da produtividade e da atividade econômica, a arrecadação do país seria maior e mais eficiente, ajudando a estabilizar a dívida. E o risco fiscal, o risco-país, a taxa de juros estrutural, entre outros, cairiam. O Brasil poderia entrar em um ciclo virtuoso", diz Sung.

O assessor Michael Viriato afirma ainda que a queda de juros faz com que o preço de títulos prefixados e referenciados em índices de preços se eleve, enquanto do lado do mercado de ações, a redução do custo de capital e despesa com juros das empresas melhora seus resultados e ajuda nos investimentos.

"Portanto, a perspectiva de crescimento dos lucros futura se eleva. Com a perspectiva de lucros maiores, os preços das ações ganham mais um suporte para valorização.

Com o crescimento da produtividade e da atividade econômica, a arrecadação do país seria maior e mais eficiente, ajudando a estabilizar a dívida. E o risco fiscal, o risco-país, a taxa de juros estrutural, entre outros, cairiam. O Brasil poderia entrar em um ciclo virtuoso

Gustavo Sung economista-chefe da Suno Research

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50333&anchor=6480014&maxTouch=0&_ga=2.79561876.1202192540.1688958458-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=13c3ad09624dc930ae19bc4bf88bb1e3

Multinacionais estão otimistas com o Brasil e esperam alta nas vendas

O humor das multinacionais que atuam no Brasil tem demonstrado sinais otimistas diante de um cenário de redução nas expectativas de **inflação** e perspectivas positivas sobre temas como a **Reforma Tributária** e o arcabouço fiscal.

Levantamento feito pela Folha a partir de teleconferências feitas em maio e junho por cem multinacionais que atuam no Brasil identificou comentários positivos por parte dos executivos em 80% dos casos. Os outros 20% que citaram o país em suas declarações em eventos apontaram queixas ou alguma preocupação.

O termômetro das multinacionais aponta boas perspectivas de vendas no país em áreas como alimentação, tecnologia, suprimentos agrícolas e medicamentos. Elas celebram melhoras na **inflação** e no poder de compra da população, bem como perspectiva de boa safra agrícola neste ano e de aumento da demanda chinesa, que avança no processo de reabertura pós-Covid.

São declarações como as de Tim Cook, CEO da Apple, que relatou desempenho "estelar" em mercados emergentes de modo geral, com recordes trimestrais no Brasil, Índia e Malásia. Ele destacou bons resultados especialmente em serviços e nas vendas de iPhones.

Marcelo Rabach, CEO da Arcos Dorados, que opera franquias do McDonald's no Brasil, disse que o primeiro trimestre passou "extremamente bem" e a tendência para o segundo seria de manutenção do impulso. "Sabemos pelos números publicados por outros varejistas no mercado que há alguns ventos contrários no Brasil, mas estamos batendo o mercado, e isso se reflete nos números de participação de mercado que temos no Brasil", disse.

Companhias de alimentos e bebidas como Kellogg (dona da marca Pringles), Hormel Foods (da Ceratti), a gigante cervejeira AB Inbev e a Brown-Forman (do uísque Jack Daniel's) são algumas das que relatam crescimento de vendas ou apontam confiança nos próximos meses.

O aumento do salário mínimo em maio impulsionou as expectativas. "De janeiro a abril, os consumidores estavam lidando com a **inflação** alta e tinham seus

salários do ano passado. A indústria teve bom desempenho. Mas agora você tem uma injeção extra de dinheiro e o poder de compra voltando aos consumidores", disse Michel Doukeris, CEO da AB Inbev.

Analistas do mercado também veem melhora econômica na América Latina.

Para Karina Saade, diretora do fundo BlackRock no Brasil, os investidores globais estão mais otimistas com a região, porque está mais adiantada em relação ao ciclo de juros. "Os bancos centrais saíram na frente e estão mais próximos do fim do ciclo de aperto monetário. O próximo movimento deve ser de queda de juros, ao contrário do que vemos na maior parte dos países desenvolvidos", disse Saade em evento de consultoria Eurasia Group, no fim de junho.

Ela avalia que o interesse pela região também deve ajudar a atrair recursos relacionados à transição energética, como exploração de reservas de lítio e cobre e adoção de energia solar, além do movimento de nearshoring, de empresas americanas e europeias retirando a produção da Ásia e realocando-a em países mais próximos.

Em conferência da Array Technologies, que oferece equipamentos de energia solar, o CEO Kevin Hostetler disse que a demanda vista no país é muito forte. "O Brasil será a grande história de sucesso para nós neste ano", disse.

O otimismo abrange segmentos variados, como maconha medicinal, turismo e relojoaria. Keith Strachan, presidente da MediPharm Labs, que comercializa medicamentos feitos de cannabis, exaltou contratos de vendas para dois parceiros farmacêuticos e disse que o mercado brasileiro é promissor para a empresa. Brian Chesky, CEO do Airbnb, e Efraim Grinberg, do Movado Group, classificaram o país como um dos mercados relevantes para o crescimento internacional das empresas.

Entre as razões mais prováveis para a confiança, o professor do Insper Guilherme Fowler cita as expectativas pela **Reforma Tributária**, além do reposicionamento da imagem do Brasil no mundo após a troca de governo e outros aspectos do ambiente econômico. Essa evolução se espelha na queda das

estimativas de analistas para a **inflação** e percepção de maior afrouxamento monetário neste ano, com melhora na previsão de crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto).

Para Carlos Primo Braga, professor associado da Fundação Dom Cabral, essa percepção é positiva, mais do que no cenário de janeiro, e deve seguir pelos próximos meses, mas as multinacionais estão de olho nos valores macroeconômicos e no avanço reformista. Ele ressalva que, a despeito dos sinais de melhora, isso não quer dizer que o Brasil vai recuperar o grau de investimento tão cedo e que a situação fiscal ainda inspira cautela.

Em suas conferências com analistas, fabricantes de veículos ainda fizeram queixas de vendas fracas, especialmente de caminhões. Na indústria petrolífera, por sua vez, houve reclamações contra o imposto temporário sobre exportações de petróleo instituído pelo governo Lula na ocasião da retomada parcial dos **tributos** federais sobre a gasolina e o etanol, em março.

"O dano real desta taxa é na credibilidade [do Brasil], que precisa atrair muito capital para desenvolver seus recursos. Para nós, e para os mercados de capital, houve mais impacto na credibilidade do Brasil do que impacto financeiro", disse Filipe Crisostomo Silva, CEO da Galp, petroleira de Portugal.

Sinead Gorman, diretor financeiro da Shell, disse ter considerado frustrante a criação da taxa, com possíveis impactos sobre investimentos relacionados ao clima, mas ponderou seu caráter temporário.

Para a alemã Daimler Truck, dona de marcas como Mercedes-Benz, as vendas fracas de caminhões no primeiro trimestre, como esperado após a adoção do padrão de motores Euro 6, poderiam ser amenizadas mais adiante. "Talvez no fim do segundo trimestre esperamos ver uma certa normalização, porque os vendedores ficarão sem estoques de caminhões Euro 5. Mas, de modo geral, para o ano todo, isso significará um mercado em baixa", disse Joehen Goetz, CFO da empresa.

O que disseram alguns executivos

ALIMENTAÇÃO

Sabemos que há ventos contrários, mas estamos batendo o mercado, e isso se reflete nos números de participação

Marcelo Rabach CEO da Arcos Dourados, franqueadora do McDonalds

TECNOLOGIA

O Brasil será a grande história de sucesso para nós neste ano

Kevin Hostetler CEO da Array Technologies, fornecedora de equipamentos de energia solar

ENERGIA

Para nós, e para os mercados de capital, houve mais impacto na credibilidade do Brasil do que impacto financeiro

Filipe Crisostomo Silva CEO da Galp, empresa petroleira de Portugal

MEDICAMENTOS

O mercado brasileiro é 1 promissor para a empresa

I

Keith Stracham, presidente da MediPharm Labs, que comercializa medicamentos à base de cannabis e firmou contratos com dois parceiros farmacêuticos no Brasil

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50333&anchor=6480014&maxTouch=0&_ga=2.79561876.1202192540.1688958458-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=13c3ad09624dc930ae19bc4bf88bb1e3

Barraco no WhatsApp: deputados do PL trocam xingamentos sobre voto na reforma tributária e ameaçam saída do partido

Por Bruno Góes - Brasília

Três dias após se dividirem na votação da **Reforma Tributária** na Câmara, deputados do PL, partido de Jair Bolsonaro, decidiram lavar a roupa suja em um grupo de WhatsApp da bancada. Mensagens obtidas pelo GLOBO e confirmadas por cinco dos envolvidos mostram discussão acalorada neste domingo, com xingamentos, acusações e até ameaça de saída da legenda.

Após a discussão no grupo, alguns parlamentares favoráveis à reforma admitem a possibilidade de pedir à Justiça para deixar o PL sem ferir a regra de fidelidade partidária. Eles são minoria no partido, que tem 99 deputados e se tornou o maior da Câmara após a filiação em massa de aliados de Bolsonaro. Na votação em primeiro turno da proposta que muda o sistema de **impostos** do país, a sigla deu 20 votos a favor, enquanto 75 foram contrários.

Na tarde deste domingo, diante do debate acalorado, o líder da sigla, Altineu Côrtes (PL-RJ), decidiu bloquear o grupo. Assim, ninguém mais foi permitido a enviar mensagens.

Já era tarde. Expressões como melancias traidores (comunista) e extremistas deram o tom da nova realidade da sigla: Tá igual o PSL, comentou um dos deputados. Antes de se fundir com o DEM, o PSL se desintegrou em 2019 após apoiadores fiéis a Bolsonaro e outra parte da bancada entrar em uma briga fratricida.

Antes de bloquear o grupo, Côrtes informou aos parlamentares que conversaria com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e com Bolsonaro, sobre a situação. Procurado, ele não quis comentar a briga entre os deputados.

A discussão no grupo do PL esquentou quando Vinícius Gurgel (PL-AP) passou a reclamar de extremistas e da perseguição aos 20 parlamentares favoráveis à reforma nas redes sociais - Gurgel foi um dos deputados da sigla que apoiaram a proposta. Segundo um deputado próximo a ele, o acirramento dos ânimos vem desde a votação do arcabouço fiscal.

Só não fico ofendendo nas redes sociais quem vota de um jeito, então peço respeito, cada um tem seu eleitor! , escreveu o parlamentar, que tentou se diferenciar dos bolsonaristas: Não sou esquerda e nem de direita, sou conservador somente! Se quiserem pedir minha suspensão de comissões, expulsão, do jeito que vier tá bom! Não é comissão que vai me eleger! .

Fiel apoiadora de Bolsonaro, Julia Zanatta (PL-SC) atribuiu as reclamações à atitude de quem fica choramingando . Não sei por que tanto choro . Se tinham tanta certeza do voto, por que estão se explicando até agora? .

Os parlamentares então passaram a discutir a possibilidade de o partido ter duas lideranças distintas para representar os grupos divergentes. Carlos Jordy (RJ), alinhado a Zanatta, reagiu: Para mim está muito claro: o PL não vai retroagir, o caminho é consolidar-se como o maior partido conservador, de direita, de oposição no Brasil. E aqueles que não aceitam essa posição devem sair do partido .

Júnio Amaral (PL-MG), também aliado de Jordy e Zanatta, foi além, sugerindo que os 20 deputados votaram por outro motivo, que não o apoio ao texto. Essas tentativas de justificar o voto aqui no grupo da bancada fica parecendo que nós, bolsonaristas, somos otários para acreditar que se trata de um posicionamento verdadeiro a favor do texto, me ajuda aí. Como se ninguém soubesse como funciona , escreveu Amaral.

Gurgel rebateu pedindo que o correligionário pedisse sua expulsão do partido. Amigo, pede minha expulsão! Aqui não tem clima mais com vcs!! , respondeu Gurgel a Júnio Amaral.

Em meio ao barraco, o ex-ministro da Saúde de Bolsonaro General Pazuello, eleito em 2022 deputado pelo Rio de Janeiro, surgiu tentando apaziguar os ânimos. Está faltando política nestas discussões!! Srs, considerando que sou um calouro nesta legislatura, peço desculpas caso escorregue em algumas ideias. O nome do nosso partido é Partido Liberal, só pelo nome não cabe radicalismo e acusações! .

Não teve sucesso. A discussão prosseguiu com Gurgel afirmando que o partido parecia casamento forçado . Ele lamentou: Tristeza vcs terem vindo pro PL .

André Fernandes (PL-CE), também da ala mais bolsonarista da legenda, pergunta: Vcs quem? . Gurgel responde: Vc, amigo, é um deles, pede expulsão, não respeita! Preferia vc em outro partido . Fernandes rebate: Não me chame de amigo. Não lhe dei essa liberdade .

O bolsonarista também diz: Tá achando ruim? Pede para sair . A resposta: Na hora certa .

A discussão então descamba para acusações sobre processos a que os parlamentares respondem quando o deputado youtuber Gustavo Gayer (PL-GO) entra no debate.

Procurada pelo GLOBO, Julia Zanatta lamentou que a briga no grupo de WhatsApp tenha se tornado pública, mas disse manter o que disse. Segundo ela, há um incômodo entre a minoria da sigla com os parlamentares que votaram a contra a **Reforma Tributária**.

- Cada um precisa sustentar o seu o voto. É claro que pode haver pressão e críticas - disse ela.

Amaral também afirmou manter o que disse, mas preferiu não comentar para não prejudicar o partido .

Gurgel, por sua vez, negou a intenção de sair do partido e voltou a criticar colegas de bancada que o atacaram no grupo.

- Muita gente pensa em sair do partido, porém, sou muito leal ao presidente Valdemar. Se me expulsarem, tudo bem. Mas quero deixar claro a minha total lealdade ao presidente Valdemar - afirmou o deputado.

Também procurado, Gayer não quis comentar as mensagens trocadas no grupo do partido. Jordy e Fernandes não responderam.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/07/10/barraco-no-whatsapp-deputados-do-pl-trocam-xingamentos-sobre-voto-na-reforma-tributaria-e-ameacam-saida-do-partido.ghtml>

Lira mostra controle do plenário, leva centrão para governo Lula e agora abraça o mercado

Thiago Resende

Desde janeiro de 2019, trabalha na Sucursal de Brasília. Escreve sobre política e economia. É formado em Jornalismo pela UnB (Universidade de Brasília).

Arthur Lira (PP -AL) já tinha alcançado conquistas expressivas para o centrão, bloco que lidera. Em dois anos e meio na presidência, ele tem fortalecido as bases para que o grupo possa continuar com o monopólio da Câmara e poder sobre o Orçamento. Na semana que passou, deu outro passo relevante: deixou agora também sua marca definitiva com o mercado financeiro.

Reeleito com a votação recorde de 464 deputados, o presidente da Câmara usou o capital político que tem no plenário para aprovar a **Reforma Tributária** -um feito histórico, aguardado há mais de três décadas.

Em menos de uma semana, o deputado alagoano fez o clima mudar em Brasília e costurou o apoio de governadores e partidos para a **Reforma Tributária** atingir 382 votos. Eram necessários 308, por ser uma PEC (proposta de emenda à Constituição).

Ao longo das suas duas gestões na presidência da Casa, Lira foi se posicionando com acenos ao mercado, construindo seus mandatos como um defensor de pautas liberais, fez projetos serem aprovados e agora consolida de vez sua imagem com empresários e investidores.

Os laços mais estreitos eram uma meta clara do deputado, que teve início ainda no período de seu antecessor, Rodrigo Maia (PSDB-RJ), justamente na tentativa de rivalizar com ele. Na época, Maia conseguiu se firmar com o mercado, carimbando seu nome com a aprovação da Reforma da Previdência.

Se a PEC for aprovada também pelo Senado , Lira irá conduzir votações de projetos complementares para concluir o quebra-cabeça da **Reforma Tributária** até o fim de sua gestão, em janeiro de 2025.

Isso dará reiteradas oportunidades para o alagoano se firmar como o queridinho do mercado e buscar

envernizar a figura de líder do centrão.

O ministro Gilmar Mendes , do STF (Supremo Tribunal Federal), deu um empurrão para esse projeto de Lira. A investigação sobre supostos desvios em contratos de kits de robótica , que envolve aliados do presidente da Câmara e repasses de emendas, foi suspensa enquanto o deputado desatava os nós para as votações no plenário.

Desde o governo Jair Bolsonaro (PL), Lira construiu um espólio valioso para os deputados. A gorda fatia do Orçamento para emendas consolida o processo de independência e fortalecimento da Câmara, iniciado lá no governo de Dilma Rousseff (PT).

Com o respaldo de uma massa de fiéis na Câmara, ele negociou com Lula e, em menos de seis meses, revisou cláusulas contratuais com o petista. O deputado trilhou o caminho do centrão para dentro do governo e se reposicionou na distribuição de bilhões de reais das emendas.

Assim, Lira consegue mobilizar seus devotos para praticamente qualquer direção na Câmara. Foram poucas derrotas -uma delas foi o adiamento do PL das Fake News , em maio.

A **Reforma Tributária** é de interesse do Palácio do Planalto. Mas Lula não se engajou muito. Preferiu empoderar Lira e auxiliares do governo, principalmente Fernando Haddad (Fazenda), que entrou na articulação e criou as condições financeiras para a proposta avançar.

"Como falar de velocidade, de rapidez na votação de uma **Reforma Tributária** que é esperada pela nação há mais de 50 anos?", discursou Lira na quinta-feira (6), rebatendo críticas de que não houve tempo suficiente para que os deputados avaliassem a proposta, cuja versão final foi apresentada horas antes da sessão.

Mesmo quem votou a favor do texto reconhecia que a reforma aprovada não é a ideal, mas era necessário liquidar esse assunto na Câmara. Alguns dos aliados de Lira confessaram nos bastidores que votaram a

favor do projeto pela gratidão que têm ao alagoano.

Lula não conseguiu, nesses seis meses, ajustar uma base sólida de deputados. A reforma passou pela Câmara sem que o petista alinhasse com o centrão quantos e quais ministérios serão presenteados. As negociações estavam em curso enquanto Lira batalhava pela reforma.

Mas agora chegou o momento de o Planalto resolver as pendências com o centrão .

A pauta legislativa do governo Lula já foi praticamente concluída na Câmara neste semestre -tarefa executada na base da força política de Lira. Não há, por ora, um propósito comum que una Lira e Lula nas votações. Com isso, o preço para o deputado frear derrotas do petista no plenário deverá subir.

Lira vocaliza nos últimos meses a insatisfação do centrão com o espaço que tem nos ministérios de Lula. O deputado intermediou a aproximação do Planalto com o bloco, o que deve resultar numa **reforma ministerial**.

Lula precisará abrigar aliados de Lira para que não seja penalizado no plenário nos próximos meses, seja em derrotas na área ambiental, por exemplo, ou na elaboração do Orçamento do próximo ano -que está nas mãos de um relator do PL, partido de Bolsonaro.

Resta saber em que termos será essa aliança do governo com o centrão, pois a fatura apresentada pelo bloco de Lira é alta , incluindo ministérios como o da Saúde e o do Bolsa Família. Para uma relação estável, alguém vai ter que ceder.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/lira-mostra-controle-do-plenario-leva-centrao-para-governo-lula-e-agora-abraca-o-mercado.shtml>

Congresso concentra atividades da semana em comissões

Publicado em 09/07/2023 - 20:02

Por

Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil - São Luís

Após aprovar a **reforma tributária**, nesta semana, a Câmara de Deputados se concentrará nas atividades dos colegiados do Congresso Nacional, com destaque para a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) dos Atos Golpistas de 8 de Janeiro. Na manhã de terça-feira (11), a CPMI ouvirá o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, Mauro Cid. Preso desde o dia 3 de maio, Cid será questionado sobre mensagens e documentos com teor considerado golpista encontrados em seu celular.

As mensagens encontradas pela Polícia Federal (PF) no celular de Mauro Cid foram tornadas públicas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As mensagens apontam para a elaboração de um plano de golpe com decretação de estado de sítio, suspensão da atual ordem constitucional, possível afastamento de ministros do TSE e a convocação de novas eleições.

Havia também diálogos de Cid com outros militares da ativa, nos quais eram apresentadas supostas justificativas para um possível golpe.

Além da CPMI, os deputados e senadores foram convocados para uma sessão do Congresso Nacional, que vai analisar diversos vetos presidenciais, também na terça-feira (12).

Como, até o momento, não há previsão de sessão deliberativa do plenário da Câmara, os deputados devem participar apenas das reuniões das comissões parlamentares.

Ainda na terça-feira, os trabalhos se concentrarão nas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que debaterá a Política Nacional de enfrentamento aos crimes transfronteiriços; do Esporte, que vai abordar a readequação de velocidades para a segurança de pedestres e ciclistas; de Saúde, que avaliará o tratamento para Distonia no Sistema Único de Saúde (SUS); de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Indústria, Comércio e Serviços, com debate sobre os impactos do regulamento da União Europeia contra o

desmatamento.

Já as comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Indústria, Comércio e Serviços; de Administração e Serviço Público se reunirão para discutir e votar propostas legislativas.

Na quarta-feira (12), a comissão de Viação e Transportes vai tratar da atuação do Exército como executor de obras de infraestrutura; a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, dos impactos e perspectivas de revisão do novo Marco Legal da Inovação; a de Desenvolvimento Econômico, sobre sanções administrativas previstas para casos de vazamento de dados pessoais e a de Defesa do Consumidor, da manipulação de informações das Big Techs contra o Projeto de Lei das Fake News (PL 2.630/20).

As comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Defesa do Consumidor; de Viação e Transportes; de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; do Esporte de Fiscalização Financeira e Controle; de Ciência, Tecnologia e Inovação; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e de Cultura terão discussão e votação de propostas legislativas.

Na quinta-feira (13), não haverá atividade dos colegiados.

Já no Senado, a semana começa com sessão deliberativa do plenário, que será realizada de forma semipresencial na terça-feira. Na pauta, projetos que tratam da instituição do Programa Escola em Tempo Integral; de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares; da implantação do serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar; da formação técnica profissional e tecnológica e de articular a formação profissional técnica de nível médio com a aprendizagem profissional; e do acesso a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio para alunos, docentes, ocupantes de cargo público efetivo, detentores de função ou emprego público.

Na quarta-feira, também haverá sessão deliberativa do plenário semipresencial para tratar da autorização da ozonioterapia no território nacional; para estabelecer a inexistência de vínculo empregatício entre confissão

religiosa, incluídos igreja, instituição, ordem ou congregação, e seus ministros, pastores, presbíteros, bispos, freiras, padres, evangelistas, diáconos, anciãos ou sacerdotes.

Os senadores também se revezarão nos trabalhos das diversas comissões que terão atividades até quinta-feira.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-07/congresso-concentra-atividades-da-semana-em-comissoes>

A geometria política da reforma tributária (Marcus André Melo)

Marcus André Melo

Demorou 30 anos. Sim, o diagnóstico e os remédios não foram muito diferentes dos propostos pela Comissão Executiva da Reforma Fiscal e no "emendão" do governo Collor ; na revisão constitucional de 1993; nas PECs apresentadas por FHC e retiradas de pauta após longa tramitação; e mais recentemente em 2003 e 2007, como discuti em coluna .

Sim, contextos adversos colaboraram para o malogro: o impeachment de Collor, o aborto da revisão de 1993 e a crise asiática de 1997. No caso em que ela avançou mais, FHC preferiu a manutenção de um sistema ineficiente que garantia arrecadação a um modelo superior em quadro de grave instabilidade fiscal. Como examinei detalhadamente aqui .

Mais do que em qualquer área, as reformas tributárias tendem a seguir um padrão incremental. Reformas amplas são eventos raros devido à multidimensionalidade, complexidade e elevada aversão ao risco que apresentam. Mas a atual reforma passou em primeiro turno, o que requer uma explicação.

Não há uma maioria global: os vencedores e perdedores variam segundo a "dimensão"; o local de cobrança do imposto de consumo opõe estados produtores e consumidores; o IVA único eliminando os (milhares de) regimes especiais opõe estados (o líder do PT sabotou a proposta na votação do regime automotivo especial, alinhando-se com o governador Ratinho Jr !); a desoneração das exportações divide os exportadores e não exportadores; a distribuição da carga cria clivagem intersetorial entre serviços e indústria; a fusão do ISS/ICMS opõe municípios pequenos e grandes.

A complexidade e incerteza cria forte dissenso entre especialistas e burocracias técnicas. A aversão ao risco é maior aqui dado o risco potencial ser catastrófico politicamente.

A forma canônica para superar estes problemas envolve dois instrumentos: diferir no tempo a implementação das mudanças e criar seguros contra perdas. Mas as promessas aqui não são exatamente críveis porque nem mesmo sua constitucionalização

garante "contratos futuros". Estão sujeitos a mudanças posteriores e a governança a ser utilizada. (A experiência do Confaz mostra que a regra da unanimidade conferia poder de veto a SP, que agora desaparece).

A aprovação em primeiro turno reflete o consenso inédito sobre as disfuncionalidades colossais do sistema. Interesses organizados e empresas penduraram progressivamente presentes na árvore de Natal do sistema tributário, que agora está desmoronando.

É inédito o protagonismo do Congresso, de onde surgiu a PEC no governo anterior, fazendo com que pudesse ser negociada como questão suprapartidária, e não do governo. A barganha congressual ancorou-se no veto da maioria ao aumento da carga, que interessa ao governo e que não prosperou. A ver!

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcus-melo/2023/07/a-geometria-politica-da-reforma-tributaria.shtml>

Empresários veem na aprovação da reforma chance de Brasil reduzir custos e aumentar crescimento

Aprovada na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** foi bem recebida por empresários e economistas. Na visão deles, a mudança representa uma vitória para o País, que passará a ter um sistema tributário moderno e mais próximo das economias desenvolvidas.

As empresas gastavam um tempo precioso apenas para seguir corretamente os regulamentos para pagar os **tributos** existentes hoje. Além de oneroso, gerava insegurança jurídica, destaca o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi. De forma geral, os executivos e economistas avaliam que a reforma, reivindicada há décadas por eles, deve contribuir para melhorar a produtividade e o crescimento de longo prazo da economia brasileira.

Do lado da produção, será um divisor de águas, viabilizando o desenvolvimento de projetos de agregação de valor em nosso País. E, se bem implementada, reduzirá substancialmente o diferencial de custo do Brasil, afirma o presidente do conselho de administração da Lochpe-Maxion S/A, Dan Loschpe, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

Para ser implementado, o texto da reforma ainda precisa ser aprovado pelo Senado em dois turnos. Veja abaixo a avaliação de empresários e economistas.

Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco

A aprovação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados é uma boa notícia para todos os brasileiros. Ela representa a perspectiva de que podemos superar o grande desafio do crescimento de longo prazo, sustentável e robusto.

O sistema tributário brasileiro, considerado um dos mais complexos do mundo, ganha frescor e modernidade. O modelo aprovado foi amplamente debatido nos últimos quatro anos. Ele simplifica e desburocratiza para quem contribui, ao mesmo tempo que mantém a carga tributária. O sistema perde

complexidade e ganha em eficiência e transparência.

Esta é a realidade: as empresas gastavam um tempo precioso apenas para seguir corretamente os regulamentos para pagar os **tributos** existentes hoje. Além de oneroso, gerava insegurança jurídica.

O próximo passo é consolidar uma melhora sistemática do ambiente de negócios no Brasil. Paradoxalmente, esse é um tema muito discutido, mas ao mesmo tempo bastante negligenciado na prática. O Brasil precisa que o tema, alinhado a um programa objetivo de aumento da competitividade e produtividade, seja o centro das atenções do Executivo e do Legislativo. Senso de urgência seria a palavra de ordem.

Milton Maluhy Filho, CEO do Itaú Unibanco

As medidas indicam uma reforma técnica e que ataca um ponto central para o País, que é a simplificação tributária. Pelo que vimos até aqui, os benefícios da reforma estão concentrados em médio e longo prazos, considerando o tempo de implementação e os impactos das medidas.

Este olhar de futuro é fundamental, pois fortalece um compromisso de simplificação e eficiência longo e contínuo. Uma agenda de curto prazo, voltada exclusivamente para arrecadação e geração de receita, com aumento de **impostos**, teria o efeito contrário, resultando em perda de competitividade e redução de investimentos em um País cuja carga tributária já é bastante relevante.

Roberto Sallouti, CEO do BTG Pactual

O momento nunca esteve tão propício como agora para avançarmos em reformas estruturantes, tão importantes para reduzir o custo de crédito no País e nos posicionarmos de forma mais competitiva no cenário internacional. Hoje temos uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo, com um sistema bastante complexo.

É preciso avançar nessa simplificação e ampliar a eficiência dos gastos públicos, pontos fundamentais

para o aumento da produtividade da economia e para tornar o ambiente de negócios ainda mais favorável.

Dan Ioschpe, presidente do conselho de administração da Iochpe-Maxion S/A e presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)

A **reforma tributária** proposta pelo Congresso e apoiada pelo Governo, que altera os **tributos** incidentes sobre o consumo de bens e serviços, é o principal fator para a aceleração do desenvolvimento socioeconômico do nosso País.

Será determinante para o avanço do **PIB** e para a melhoria da renda, em especial das pessoas de menor poder aquisitivo.

Do lado da produção, será um divisor de águas, viabilizando o desenvolvimento de projetos de agregação de valor em nosso País. E, se bem implementada, reduzirá substancialmente o diferencial de custo do Brasil.

Fabio Barbosa, CEO da Natura Co

Importante passo para simplificar o cipoal que é o sistema atual. Ajustes serão necessários, claro, mas a regulamentação bem como os mecanismos de compensação estarão aí para isso.

Pedro Passos, cofundador da Natura

A aprovação da reforma na Câmara representa um grande marco depois de décadas de debates e construção do texto hoje em discussão. Em linhas gerais, o relatório apresentado é positivo e incorpora os aspectos fundamentais para uma boa reforma da tributação do consumo, como a simplificação, transparência e Justiça social.

É preciso ficar atento à quantidade de exceções e regimes especiais que estão listados na PEC. Quanto mais exceções, mais nos distanciamos dos modelos de IVAs modernos e mais complexo e injusto fica o sistema tributário - tanto para as empresas quanto para os brasileiros.

A aprovação do projeto é importante para o Brasil. Deverá abrir uma nova etapa para o avanço da produtividade da nossa economia e a retomada de um novo ciclo de crescimento.

Horácio Lafer Piva, ex-presidente da Fiesp e acionista da Klabin

Estou nisto faz 25 anos. Uma saga espantosa, já que (a reforma) sempre foi impedida por grupos de interesse, quando sua transversalidade era tão clara e

necessária. Fundamental, destravará gargalos importantes, eliminará distorções, e sinalizará avanços em simplificação e eficácia, gerando expectativas melhores e mais negócios, produtividade e arrecadação maior e mais racional.

Ainda teremos algumas incertezas no futuro próximo, mas a calibragem levará à neutralidade e equidade, numa transição gradual com resultados mais que positivos para o País.

Sergio Zimmerman, presidente da Petz

O texto da forma como está não deixa claro como vai ampliar a base de contribuintes e o que é mais grave pode aumentar de forma brutal a sonegação de **impostos** se não houver de forma expressa a obrigatoriedade dos produtos que hoje são monofásicos na tributação continuarem da mesma forma.

É muito mais seguro controlar poucas indústrias do que milhares de varejos. A substituição tributária foi o instrumento mais eficaz no combate à sonegação de todos os tempos.

Rafael Furlanetti, sócio e diretor Institucional da XP

Essa não é uma reforma do partido A ou B, do governo A ou B, é uma reforma para destravar o crescimento do País. O pagamento de **tributos** é um dos maiores entraves para se fazer negócios no Brasil e o Congresso corajosamente assumiu a missão de enfrentar esse debate. O Brasil precisa de uma **reforma tributária** que simplifique o pagamento de **impostos** e gere mais transparência na distribuição dos recursos públicos.

Fernando Yunes, presidente do Mercado Livre no Brasil

Defendemos a **reforma tributária** e entendemos sua importância para a simplificação e modernização do sistema tributário brasileiro, reduzindo a burocracia para empresas, incluindo os marketplaces, que são uma alavanca de crescimento para o varejo.

No entanto, avaliamos que sua aplicação requer planejamento e implementação de forma gradual e transparente. Acreditamos que um sistema simplificado, transparente e uniforme, em todo País, contribuirá com o desenvolvimento da economia e com um ambiente ainda mais seguro para a realização de investimentos e negócios diversos.

Neste sentido, defendemos a não cumulatividade plena, garantindo que o imposto incida sobre o valor efetivamente adicionado em cada etapa da cadeia,

fator que, se não observado, acarretará em preços distorcidos para o consumidor final. No setor de comércio eletrônico, por exemplo, onde as plataformas já compartilham informações e cooperam com a fiscalização, entende que deve ser mantido isso.

De fato, atribuir responsabilidade solidária é trazer complexidade ao setor, que é responsável pela formalização de centenas de empreendedores e pelo acesso a mercado de milhares de micro e pequenas empresas. O texto da PEC deve, então, assegurar contornos suficientemente claros para que uma lei complementar mantenha os pilares que sustentam a reforma em discussão.

Flávio Roscoe, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG)

A **reforma tributária** representa avanço. Contudo, para contribuir para o desenvolvimento do País garantindo a simplificação e a redução da carga tributária para a indústria, que hoje é bastante onerada. Ainda serão necessários ajustes de forma a assegurar um ambiente de negócios mais favorável. Dentre eles a desoneração da folha e dos investimentos produtivos por meio da redução do Imposto de Renda das pessoas jurídicas.

Para o setor produtivo, a desoneração da folha é um pleito antigo e de suma importância, assim como a reforma administrativa. Temos de reduzir o tamanho do Estado, torná-lo mais eficiente, produtivo, que atenda a população nos seus anseios e nas suas necessidades. Com a aprovação da administrativa, teremos uma **reforma tributária** mais efetiva.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/07/09/empresarios-veem-na-aprovacao-da-reforma-chance-de-brasil-reduzir-custos-e-aumentar-crescimento.htm>

Reforma Tributária acena para revolução imobiliária (Marcos de Vasconcellos)

Marcos de Vasconcellos

Quem atua no setor imobiliário gosta de repetir a frase de que ele é o primeiro a sentir e o último a sair de uma crise. Os ciclos imobiliários são longos, pois, em resumo, não é recomendável começar a construir um prédio sem saber se alguém vai querer entrar nele quando estiver pronto.

Uma volta pela capital paulista chama a atenção pela quantidade de construções residenciais em áreas já bem servidas de prédios. Passou-se da fase em que apenas casas eram demolidas para dar espaço aos arranha-céus. Agora, é comum demolir prédios de poucos andares para substituí-los por grandes condomínios.

Apesar da impressão de que há muitas construções, os números apontam para uma demanda aumentando mais do que a oferta, valorizando o metro quadrado dos lançamentos. Levando em consideração que temos todos os sinais para uma queda na taxa de juros até o fim do ano, essa diferença deve ficar ainda maior.

Em detalhes: baixar os juros deixa os financiamentos mais baratos e, assim, aumenta, em tese, o número de famílias que poderão comprar uma casa; de empresas que terão caixa para comprar ou alugar um novo escritório; e de indústrias e fazendas com capacidade para ampliar operações.

Pensando nos imóveis residenciais, um ponto importantíssimo para entrar nessa conta é o aumento da faixa máxima de financiamento pelo Minha Casa, Minha Vida, que acaba de sair de R\$ 264 mil para R\$ 350 mil.

Apenas para exemplificar o impacto dessa medida: uma busca no site ZAP Imóveis, por imóveis residenciais de até R\$ 264 mil, traz 818 mil resultados. Pela nova faixa, o número de resultados vai para 1,4 milhão. Um aumento de mais de 70% na quantidade de casas e apartamentos que teriam, hipoteticamente, sua venda facilitada.

A **Reforma Tributária** aprovada na Câmara do Deputados na última quinta-feira (6) traz um aceno para o que pode ser uma revolução no setor, com possibilidade de melhorar os números para

investidores.

O texto da reforma acaba com a diferença dos **impostos** cobrados na construção tradicional -feita no canteiro de obras- e na construção industrial, a chamada off-site. O segundo tipo é pouco comum no país, justamente pela tributação mais alta, até agora.

Simplificando muito, ele permite que as construções sejam feitas como um Lego gigante, onde grandes peças são fabricadas -como paredes inteiras, com sistemas elétricos e hidráulicos instalados- e transportadas até o local da construção.

A padronização permitiria acelerar as obras, enquanto, com a produção em grande escala, seria possível barateá-las, em tese. Seus efeitos no mercado de trabalho deverão ser sentidos por décadas.

"A reforma é favorável para isonomia entre a construção convencional e industrializada", comemora o presidente da Abrammat (Associação Brasileira da Indústria Materiais de Construção), Rodrigo Navarro.

Mas o setor, ressalta Navarro, está preocupado com a alíquota que será definida. Isso porque, até essa definição, o texto da reforma traz mais fumaça do que fogo, como costuma dizer o professor de Direito Tributário da USP, Fernando Facury Scaff.

A alíquota do tal Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e seus reflexos serão determinantes para vislumbrar as oportunidades de investimento no setor imobiliário, como ações de construtoras e fundos imobiliários (FIIs)

Vale lembrar que o IFIX, o índice que representa a variação dos fundos imobiliários (FIIs), está chegando ao seu topo histórico, atingido durante a bonança de janeiro de 2020. Já o Imob, indicador que reúne ações do setor imobiliário, ainda está mais de 35% abaixo do seu recorde

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-de-vasconcellos/2023/07/reforma-tributaria-acena-para-revolucao-imobiliaria.shtml>

Equipe econômica tem agenda esvaziada depois da aprovação da reforma tributária e Carf na Câmara

Depois de muita negociação para garantir a aprovação de pautas de interesse do governo na Câmara dos Deputados, a semana tende a ser esvaziada na área econômica.

Por enquanto, a previsão é de que a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, participe de quatro reuniões plenárias estaduais do Plano Plurianual (PPA) ao longo desta semana. A última delas, marcada para sexta-feira (14), terá a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ainda não tem compromissos previstos. Mas, mesmo com o recesso parlamentar, a tendência é que alguns temas continuem no radar dele: projeto de lei do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**; votação da **reforma tributária** no Senado; Desenrola, o programa de renegociação de dívidas para pessoas físicas; Plano de Transição Ecológica, apresentado na sexta-feira (7) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também não possui até o momento compromissos previstos.

O destaque do Banco Central (BC) da semana é a divulgação na segunda-feira (10) às 8h25 do relatório Focus, com projeções do mercado para os principais indicadores da economia.

Não há outras divulgações previstas para o restante da semana.

Site:

<https://valor.globo.com/google/amp/brasil/noticia/2023/07/09/equipe-economica-tem-agenda-esvaziada-depois-da-aprovacao-da-reforma-tributaria-e-carf-na-camara.ghtml>

Cesta básica, remédios, streaming: o que muda com reforma tributária

Publicado em 09/07/2023 - 11:03 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência
Brasil[scald=250375:sdl_editor_representation][scald=250375:sdl_editor_representation] - Brasília

Aprovada em segundo turno nesta sexta-feira (7) pela Câmara dos Deputados, a primeira fase da **reforma tributária** simplificará a tributação sobre o consumo e provocará mudança na vida dos brasileiros na hora de comprar produtos e serviços.

Cesta básica, remédios, combustíveis, serviços de internet em streaming (transmissão de conteúdos em tempo real) . Com uma longa lista de exceções e de alíquotas especiais, o novo sistema tributário terá impactos variados conforme o setor da economia. Paralelamente, pela primeira vez na história, haverá medidas que garantam a progressividade na tributação de alguns tipos de patrimônio, como veículos, e na transmissão de heranças.

Cesta básica

Item que mais gerou polêmica na tramitação final da **reforma tributária**, a cesta básica deve ter diminuição quando uma lei complementar definir uma lista nacional de produtos que terão alíquota zero da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O impacto final sobre os preços, no entanto, ainda é desconhecido.

Dias antes da votação da reforma, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) apresentou um relatório segundo o qual a cesta básica poderia subir 59,83% em média com a redação anterior da **reforma tributária**, que reduzia pela metade a alíquota do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual. O estudo, no entanto, foi contestado por economistas, parlamentares e membros do próprio governo.

Na última segunda-feira (4), o relator da reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) contestou as estimativas. O deputado apresentou um estudo do Banco Mundial, segundo o qual a carga tributária sobre a cesta básica cairia 1,7% , em média, com a alíquota de IVA dual reduzida em 50%.

No mesmo dia, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que o novo sistema baratearia a cesta básica.

Ele prometeu divulgar cálculos que comprovariam a tese, mas não apresentou as estimativas. Pouco antes do início das votações da **reforma tributária**, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL), repetiu as estimativas do estudo do Banco Mundial.

A disparidade nas estimativas ocorre porque atualmente muitos produtos da cesta básica são tributados em cascata, com os **tributos** incidindo sobre o preço na etapa anterior da cadeia, antes de chegar aos supermercados. A isenção atual de **tributos** federais sobre os produtos da cesta barateia os produtos por um lado, mas, por outro, impede o aproveitamento de créditos tributários, devoluções de **tributos** pagos nas etapas anteriores da cadeia produtiva.

No sistema de IVA dual, a devolução dos créditos tributários, segundo o governo, compensaria a cobrança de **impostos**. A alíquota do IVA dual só será definida após a **reforma tributária**. O relatório da Abras usou uma alíquota de IVA de 12,5%, metade da provável alíquota cheia de 25% estimada por economistas, para justificar um eventual encarecimento da cesta básica.

Com as pressões causadas pelas estimativas da Abras, o relator Aguinaldo Ribeiro modificou o texto e zerou a alíquota para produtos da futura cesta básica nacional, a ser definida por lei complementar. Enquanto a nova lista não é definida, os alimentos terão o IVA reduzido em 60%, em vez dos 50% originais. Os produtos de fora da cesta básica e os insumos agrícolas também pagarão essa alíquota reduzida.

O novo redutor de 60% e a futura alíquota zero deverão baratear os produtos da cesta básica, mas o cálculo sobre o impacto final só poderá ser feito quando a **reforma tributária** entrar em vigor. Itens mais industrializados, com cadeia produtiva mais longa, deverão ter redução maior de preços. Alimentos in natura ou pouco processados deverão ter leve redução ou até leve aumento porque terão poucos créditos tributários.

Remédios

O texto aprovado prevê a alíquota reduzida em 60%

para medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual. Medicamentos usados para o tratamento de doenças graves, como câncer, terão alíquota zerada.

Segundo especialistas, a reforma não deverá trazer grandes impactos sobre o preço dos medicamentos. Isso ocorre por dois motivos. Primeiramente, os medicamentos genéricos estão submetidos a legislação específica. Além disso, a Lei 10.047, de 2000, estabelece um regime tributário especial a medicamentos listados pelo Ministério da Saúde.

Combustíveis

A **reforma tributária** estabelece um regime de tratamento diferenciado para combustíveis e lubrificantes. O IVA dual, com alíquota única em todo o território nacional e variando conforme o tipo de produto, será cobrado apenas uma vez na cadeia produtiva, no refino ou na importação. A mudança segue uma reforma proposta em 1992.

Segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), a mudança levará a uma forte alta do preço final aos consumidores.

Especialistas, no entanto, afirmam que o impacto é incerto porque muitos pontos do regime diferenciado para os combustíveis serão definidos por lei complementar e a reforma prevê a possibilidade de concessão de créditos tributários. Além disso, o impacto só será conhecido após a definição da alíquota cheia do IVA dual.

Veículos

A cobrança de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) passará a incidir sobre veículos aquáticos e aéreos, como jatos, helicópteros, iates e jet skis. A reforma também estabelece que o imposto será progressivo, conforme o impacto ambiental do veículo. Veículos movidos a combustíveis fósseis pagarão mais IPVA e os movidos a etanol, biodiesel e biogás e os carros elétricos, menos.

Durante as negociações para a **reforma tributária**, no entanto, foi criada uma lista de exceção para evitar a cobrança sobre veículos usados para a agricultura e para serviços. A relação abrange aeronaves agrícolas e certificadas para prestar serviços aéreos a terceiros; embarcações de pessoa jurídica com outorga de serviços de transporte aquaviário; embarcações de pessoa física ou jurídica que pratique pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência; plataformas que se locomovam na água sem reboques (como navio-sonda ou navio-plataforma) e tratores e

máquinas agrícolas.

Serviços

A **reforma tributária** poderá encarecer os serviços em geral. Isso porque o setor, sem cadeia produtiva longa, se beneficiará menos de créditos tributários e será tributado com uma alíquota de IVA dual, que poderá ser 25%, mais alta que os atuais 9,25% do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) cobrado sobre empresas com lucro presumido, situação que engloba a maioria das empresas prestadoras de serviço.

Alguns tipos de serviço, no entanto, terão alíquota reduzida em 60%. Os serviços de transporte coletivo, de saúde, de educação, cibernéticos, de segurança da informação e de segurança nacional serão beneficiados.

Em audiência na Câmara dos Deputados no fim de junho, Appy afirmou que outros elementos deverão compensar as alíquotas mais altas. Primeiramente, ele citou o crescimento econômico decorrente da **reforma tributária** como fator de geração de empregos e de negócios.

Além da expansão da economia, Appy afirmou que o fim da cumulatividade (tributação em cascata) trará ganhos às empresas de serviços, que poderão usar créditos tributários atualmente não aproveitados atualmente. Ele também citou a simplificação do sistema e a redução do litígio e do custo do investimento como fatores que estimularão os serviços. Na cerimônia de instalação da Comissão Temática de Assuntos Econômicos do Conselho, no último dia 4, o secretário disse que a carga tributária para alguns tipos de serviço cairá de 7% a 13% com a **reforma tributária**.

Na última quinta-feira (6), o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) publicou um estudo segundo o qual o Produto Interno Bruto (**PIB**) poderá crescer até 2,39% apenas com a primeira versão do relatório de Aguinaldo Ribeiro.

Serviços de internet

Assim como para os serviços em geral, as empresas de streaming de internet pagarão alíquota maior. O mesmo ocorrerá com aplicativos de transporte e de entrega de comidas. O Ministério da Fazenda assegura que a redução do preço da energia elétrica compensará esses aumentos, resultando em pouco impacto para o consumidor.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/cesta-basica-remedios-streaming-o-que-muda-com-reforma-tributaria>

Seis nomes aparecem para relatar reforma no Senado

Caio Spechoto

Ao menos seis nomes já circulam no Senado como possíveis relatores do projeto da reforma tributária na Casa. Mas as conversas sobre o tema ainda estão longe de se afunilarem.

Estão cotados até agora para a tarefa os senadores Eduardo Braga (MDB-AM), Otto Alencar (PSD-BA), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), Efraim Filho (União Brasil-PB), Vanderlan Cardoso (PSD-GO) e Jaques Wagner (PT-BA).

Aprovado na Câmara dos Deputados na quinta-feira passada, o texto da reforma tributária só começará a ser analisado no Senado em agosto, depois do recesso do Legislativo.

Assim, Rodrigo Pacheco, presidente da Casa, terá algumas semanas para avaliar o cenário político antes de definir quem será o relator da reforma.

O posto de relator é especialmente importante em análises de propostas de emenda à Constituição (PECs) como a da reforma tributária.

Esses projetos são aprovados pelo Congresso apenas se houver concordância integral entre Câmara e Senado. Em projetos de lei, por exemplo, a Casa que tiver iniciado a discussão pode descartar as alterações que a outra fizer e simplesmente enviar o texto para a sanção presidencial.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/seis-nomes-aparecem-para-relatar-reforma-no-senado,9e27f6c54fbb96f7b7fc08494e6aea07a8p0mm31.html>

Reforma Tributária promete reduzir distorções que afetam dia a dia das empresas; veja como

Por Vinicius Neder, Ivan Martínez-Vargas, Juliana Causin e João Sorima Neto - Rio e São Paulo

A aprovação da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados na semana passada - que agora vai ao Senado - abre uma oportunidade inédita para o país combater distorções provocadas pelo que empresários chamam de "manicômio tributário" do Brasil. A complexidade do atual sistema de cobrança de **impostos** introduz nos negócios uma série de ineficiências com decisões influenciadas por estratégias para reduzir o impacto da carga tributária nos custos de produtos e serviços.

Ainda que o foco dessa reforma seja a tributação do consumo - deixando outras bases de arrecadação, como folhas salariais, renda e patrimônio para depois -, o primeiro passo dado pela Câmara é visto como decisivo por líderes empresariais e economistas ouvidos pelo GLOBO, com impactos positivos sobre a competitividade dos negócios e a eficiência de toda a economia. Desde 2005, foram publicados ao menos seis estudos, com estimativas distintas, demonstrando a capacidade de a reforma gerar crescimento.

Ao afetar decisões das empresas e o consumo das famílias, os **impostos** promovem distorções na economia que reduzem a produtividade do país. A tributação sobre bens e serviços se destaca nesse diagnóstico, principalmente pela complexidade materializada na sopa de letrinhas dos muitos **tributos** nos três níveis de governo, a oneração de exportações e investimentos e a cumulatividade - a cobrança, "em cascata", de **tributos** sobre **tributos** nas cadeias de produção.

O ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga afirmou recentemente ao GLOBO que "há 27 enciclopédias de regras", ilustrando os sistemas distintos em cada estado e o tempo, o dinheiro e a mão de obra que as empresas têm de direcionar para dar conta de toda essa burocracia. Os recursos, que poderiam ser usados em outras iniciativas, terminam aumentando a conta do chamado Custo Brasil.

- Temos algumas operações terceirizadas no sistema de contabilidade, exatamente para não errar, já que

não é nossa atividade-fim. O nosso negócio é o varejo de material e construção industrializada - diz Felipe Cassol, presidente da Cassol Pré-fabricados. - É um manicômio tributário.

O relatório Doing Business, do Banco Mundial - descontinuado em 2021 por causa de problemas de metodologia -, coloca o Brasil como campeão no tempo gasto com obrigações tributárias. Em 2020, eram 1.501 horas por ano, em média, à frente de Bolívia (1.025 horas) e Venezuela (920 horas) no pódio.

- No Brasil, gasta-se muito mais horas para fins de cálculo e pagamento do tributo - diz Patrick Sabatier, executivo de Assuntos Corporativos da L'Oréal. - O time fiscal dedicado ao país é maior do que em todos os demais países.

Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostra que, em média, foram editadas 37 normas tributárias por dia - ou 1,5 por hora - desde a promulgação da Constituição, em 1988. Já são 38.540 normas tributárias federais, 154.030 estaduais e 273.991 municipais no país.

Só a tabela da **Receita Federal** com classificações e tarifas para cada bem industrial sujeito ao IPI, um dos **impostos** que serão unificados na reforma, tem 461 páginas. As tarifas variam mesmo para bens parecidos.

Um bombom é sujeito a um IPI de 5%, mas um waffer de chocolate tem alíquota zero, por exemplo. Uma multinacional de alimentos recentemente se envolveu num processo no Brasil só para classificar barras de cereais como "flocos de cereais". Não é preciosismo, mas uma forma de zerar o IPI, que é de 5% para "produtos de confeitaria", como são classificadas barrinhas.

A complexidade dos **impostos** também resulta em gastos elevados com advogados para traçar estratégias mais vantajosas ou enfrentar processos administrativos e judiciais nessa área. Estudo do Insper de 2020, estimou que processos tributários envolviam um total de R\$ 5,4 trilhões no Brasil, 75%

do **PIB** naquele ano.

Além disso, a sucessão de siglas de **impostos** federais, estaduais e municipais - que vão se acumulando em transações desde a compra de matéria-prima e contratação de serviços pelo fabricante de um bem até a distribuição e comercialização - anda de mãos dadas com a baixa competitividade dos produtos brasileiros no mundo.

O fim da cumulatividade de **tributos** é o ponto da **Reforma Tributária** mais citado por economistas ouvidos pelo GLOBO sobre o impacto nos negócios. Eles avaliam que, confirmada pelo Senado, a emenda constitucional tem condições de melhorar o desempenho de todos os setores econômicos do país, inclusive os exportadores.

Pela legislação atual, exportadores de bens industriais podem receber de volta o ICMS pago na cadeia de produção, mas a burocracia para comprovar os créditos e abatê-los dos **impostos** devidos desestimulam a operação. Em alguns casos, a demora dos governos estaduais em devolver os valores reconhecidos tornam receber os créditos e fechar as contas uma missão impossível.

- Isso ajuda a entender por que o Brasil exporta muito mais soja em grão que óleo de soja, por exemplo - diz Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, autor de um dos estudos sobre o impacto da **Reforma Tributária**.

O trabalho dele, publicado em 2020, estimou um aumento de 20% no crescimento econômico potencial do país em 15 anos com a reforma. Contaria a favor o maior incentivo ao beneficiamento de grãos como a soja antes de exportar, vendendo lá fora itens de maior valor agregado.

Nas projeções da Abiove, que reúne fabricantes de óleos vegetais, o Brasil exportará 97 milhões de toneladas de soja em grão este ano, 62% do total produzido na supersafra, mas somente 21% da produção de óleo de soja vão para o exterior. A dificuldade de abater créditos tributários em cadeias industriais no Brasil é um dos fatores que deixam o exportador de processados em desvantagem diante dos competidores de outros países. A grande maioria já tem um sistema similar ao proposto na reforma.

- O empresário prefere levar a soja em grão e produzir lá fora do que aqui - diz João Maria de Oliveira, pesquisador do Ipea, autor de um estudo divulgado na semana passada pelo Ipea, que estimou um crescimento adicional de 2,39% do **PIB**, no acumulado até 2032. - Para efeito da nossa economia, ganharíamos muito mais se ele produzisse aqui,

porque o produto industrializado tem maior valor adicionado.

Entidades de classe e especialistas vêm chamando a atenção para a importância da implementação da reforma, com alíquotas, regras de crédito tributário e outras condições definidas por leis regulamentares. Analistas criticam o excesso de exceções. Setores econômicos temem elevação da carga tributária, o que o governo nega.

Felipe Salto, economista-chefe da corretora e gestora de recursos Warren Rena, avalia que alguns pontos da reforma aprovada na Câmara são tão complexos que há risco de o impulso ao crescimento econômico poderá se perder:

- Se adotamos um sistema de IVA (imposto sobre valor agregado, como previsto na reforma) no destino, com não cumulatividade plena, favorecemos os setores que agregam mais valor, como a indústria. No longo prazo, teríamos ganhos não desprezíveis. Agora, esses ganhos poderão se desmanchar no ar por conta das distorções que estão sendo carregadas para aprovar esse sistema.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/09/reforma-tributaria-promete-reduzir-distorcoes-que-afetam-dia-a-dia-das-empresas-veja-como.ghtml>

Reforma tributária vai aumentar imposto sobre herança? Veja o que muda

Por André Catto, g1

O texto-base da **reforma tributária**, aprovado pela Câmara dos Deputados na sexta-feira (7), prevê, entre outros pontos, alterações na cobrança de transferência de heranças. O documento seguirá agora para análise do Senado.

Em linhas gerais, a reforma altera o modo como os **impostos** são cobrados no país. Mesmo que, nesse primeiro momento, o foco principal esteja na tributação sobre o consumo, há um trecho que trata também da cobrança sobre renda e patrimônio - o que inclui a taxa de heranças.

O texto que recebeu aval no plenário da Câmara, apresentado pelo relator do projeto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), inclui:

a tributação progressiva sobre heranças;a cobrança do imposto no domicílio onde a pessoa faleceu;a permissão para maior cobrança sobre heranças no exterior;e a inclusão de isenção do imposto sobre doações a instituições sem fins lucrativos.

Tributação progressiva

Uma das principais definições sobre o tema é que o ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) será aplicado de forma progressiva em razão do valor da herança ou da doação.

No projeto, o relator explica que a percepção sobre a cobrança desse imposto tem mudado ao longo do tempo. Ele cita uma jurisprudência (decisão com repercussão geral) firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que concluiu que a Constituição permite que o ITCMD seja progressivo.

Aguinaldo Ribeiro explica que o objetivo é determinar que esse tributo seja similar ao que já foi feito com o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) no ano 2000, tributando as heranças e doações de alto valor de modo mais justo .

De acordo com o tributarista Cláudio Henrique Resende Batista, a alíquota máxima do ITCMD é de 8% atualmente. Ele pondera que, entretanto, muitos estados ainda não utilizam esse teto.

A implementação obrigatória da regra de progressividade provavelmente deve levar muitos estados a escalonarem a incidência até a utilização efetiva desse teto, o que deve resultar no aumento de tributação, especialmente para patrimônios maiores , diz.

A advogada Laísa Schiefler, especialista em direito de família, lembra que a discussão sobre o aumento da alíquota do imposto sobre herança é antiga, e que o Brasil tem uma das taxas mais baixas do mundo. Para ela, a mudança, apesar de parecer sutil, deve trazer um impacto bastante significativo.

Isso porque, no momento da tributação, será considerado o quinhão hereditário [fração ou quota da herança] recebido por cada herdeiro, e não mais o patrimônio total. Ou seja, uma herança distribuída a um único herdeiro terá uma tributação maior do que o mesmo patrimônio dividido entre mais pessoas , explica.

Cobrança no domicílio

O texto também prevê que a cobrança seja feita no local onde a pessoa falecida morava. A medida tem o objetivo de impedir que os herdeiros busquem regiões com tributações menores para elaborar o inventário.

O advogado Cláudio Batista acredita que a tendência é que os estados - que costumam aplicar alíquotas menores, na casa de 4% -, passem a utilizar a progressividade até chegar ao teto de 8%. Do ponto de vista do potencial aumento de carga tributária, vejo como negativo , diz.

Ele afirma que, por outro lado, considera positiva a determinação de que a cobrança seja feita no domicílio da pessoa falecida, medida que considera efetiva para evitar o livre deslocamento do local de pagamento do imposto .

LEIA MAIS:

Cesta básica isenta, cashback e imposto do pecado : os principais pontos da reformaO que deve mudar nas cobranças de IPVA e IPTUPlacar foi de 382 a 118: veja como votou cada deputado e partido

Herança no exterior

A proposta também cria uma regra que permite cobrança sobre heranças no exterior. A advogada Luísa Schiefler destaca que essa taxa ainda será regulamentada, e deverá valer para situações em que a pessoa falecida morava fora do país ou tenha seu inventário processado em território estrangeiro.

Atualmente, essas situações não podem ser tributadas, porque a Constituição Federal exige lei complementar para disciplinar como a cobrança será realizada , diz.

Isonção em doações para instituições sem fins lucrativos

Na última versão do texto votado na Câmara dos Deputados, o relator também incluiu a isenção do ITCMD sobre doações para instituições sem fins lucrativos - como as igrejas.

O trecho cita organizações com finalidade de relevância pública e social , incluindo aquelas que têm fins assistenciais e beneficentes , além de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos.

Acredito que poderá pavimentar e fomentar as doações, o que é positivo , opina o tributarista Cláudio Batista.

As condições detalhadas sobre esse ponto ainda serão definidas em lei complementar.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/09/reforma-a-tributaria-imposto-sobre-heranca-veja-o-que-muda.ghtml>

Ineficiência tributária

VINICIUS NEDER, IVAN MARTÍNEZ-VARGAS, JULIANA CAUSIN E JOÃO SORIMA NETO

A aprovação da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados na semana passada - que agora vai ao Senado - abre uma oportunidade inédita para o país combater distorções provocadas pelo que empresários chamam de "manicômio tributário" do Brasil. A complexidade do atual sistema de cobrança de **impostos** introduz nos negócios uma série de ineficiências com decisões influenciadas por estratégias para reduzir o impacto da carga tributária nos custos de produtos e serviços.

Ainda que o foco dessa reforma seja a tributação do consumo -deixando outras bases de arrecadação, como folhas salariais, renda e patrimônio para depois -, o primeiro passo dado pela Câmara é visto como decisivo por líderes empresariais e economistas ouvidos pelo GLOBO, com impactos positivos sobre a competitividade dos negócios e a eficiência de toda a economia.

Desde 2005, foram publicados ao menos seis estudos, com estimativas distintas, demonstrando a capacidade de a reforma gerar crescimento.

Ao afetar decisões das empresas e o consumo das famílias, os **impostos** promovem distorções na economia que reduzem a produtividade do país. A tributação sobre bens e serviços se destaca nesse diagnóstico, principalmente pela complexidade materializada na sopa de letrinhas dos muitos **tributos** nos três níveis de governo, a oneração de exportações e investimentos e a cumulatividade -a cobrança, "em cascata", de **tributos** sobre **tributos** nas cadeias de produção. O ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga afirmou recentemente ao GLOBO que "há 27 enciclopédias de regras", ilustrando os sistemas distintos em cada estado e o tempo, o dinheiro e a mão de obra que as empresas têm de direcionar para dar conta de toda essa burocracia. Os recursos, que poderiam ser usados em outras iniciativas, terminam aumentando a conta do chamado Custo Brasil.

- Temos algumas operações terceirizadas no sistema de contabilidade, exatamente para não errar, já que não é nossa atividade-fim. O nosso negócio é o varejo de material e construção industrializada -diz Felipe Cassol, presidente da Cassol Pré-fabricados. - É um manicômio tributário.

O relatório Doing Business, do Banco Mundial -

descontinuado em 2021 por causa de problemas de metodologia -, coloca o Brasil como campeão no tempo gasto com obrigações tributárias. Em 2020, eram 1.501 horas por ano, em média, à frente de Bolívia (1.025 horas) e Venezuela (920 horas) no pódio.

-No Brasil, gasta-se muito mais horas para fins de cálculo e pagamento do tributo -diz Patrick Sabatier, executivo de Assuntos Corporativos da L'Oréal. -O time fiscal dedicado ao país é maior do que em todos os demais países.

Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostra que, em média, foram editadas 37 normas tributárias por dia -ou 1,5 por hora -desde a promulgação da Constituição, em 1988. Já são 38.540 normas tributárias federais, 154.030 estaduais e 273.991 municipais no país.

TABELA DE 461 PÁGINAS Só a tabela da **Receita Federal** com classificações e tarifas para cada bem industrial sujeito ao IPI, um dos **impostos** que serão unificados na reforma, tem 461 páginas. As tarifas variam mesmo para bens parecidos. Um bombom é sujeito a um IPI de 5%, mas um waffer de chocolate tem alíquota zero, por exemplo. Uma multinacional de alimentos recentemente se envolveu num processo no Brasil só para classificar barras de cereais como "flocos de cereais". Não é preciosismo, mas uma forma de zerar o IPI, que é de 5% para "produtos de confeitaria", como são classificadas barrinhas.

A complexidade dos **impostos** também resulta em gastos elevados com advogados para traçar estratégias mais vantajosas ou enfrentar processos administrativos e judiciais nessa área. Estudo do Insper de 2020, estimou que processos tributários envolviam um total de R\$ 5,4 trilhões no Brasil, 75% do **PIB** naquele ano.

Imposto não estimula obra rápida e eficiente

N a construção civil, a cobrança "em cascata" de **tributos** gera ineficiência, dizem agentes do setor. Por causa da tributação, as empresas são incentivadas a verticalizarem operações, como fazer no próprio canteiro de obras peças de concreto como tijolos, blocos, lajes e pilares, com vigas de aço ou não, em vez de comprá-las de fornecedores especializados. Segundo Felipe Cassol, presidente da Cassol, fabricante desses produtos, os pré-moldados tornam obras mais rápidas e eficientes, com menos rejeitos. O

resultado seria mais produtivo: a construtora conseguiria gerar mais valor com menos desperdício e maior foco, além de impulsionar a demanda de um outro setor. -Teoricamente, é possível subir um pavimento a cada um ou dois dias, enquanto, numa construção convencional, demora-se uma ou duas semanas -diz Cassol.

A tributação acaba influenciando no custo dos pré-moldados, limitando esse segmento da indústria da construção. Segundo Cassol, somente entre 8% e 10% das obras no Brasil usam peças feitas fora da obra. A demanda é geralmente de projetos de centros de distribuição, indústrias e shoppings, nos quais a rapidez é decisiva e se paga. O setor imobiliário costuma ficar de fora. Carlos Bianconi, presidente da RNI, construtora do Rodobens, atesta: -Se eu trouxesse as partes da casa pré-montadas, seria fantástico, mas é totalmente inviável porque o tributo é pesado.

O polêmico dilema do software: bem ou serviço?

E m 2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu uma discussão de anos, digna do surrealismo do sistema de **impostos** nacional.

Decidiu que os softwares que rodam nos computadores são um serviço, não produtos. A **Reforma Tributária** resolve esse tipo de dilema com a CBS e o IBS, um tipo de imposto mais adequado a uma economia em que bens e serviços se misturam cada vez mais porque incide sobre ambos. Hoje há muitas variações.

-Quando começamos, em 1989, tínhamos duas fontes de receita. Vendíamos o software e cobrávamos manutenção mensal. Ao longo do tempo, ficamos puramente com a manutenção. O que a gente cobra hoje não é produto - diz Ladmir Carvalho, fundador da desenvolvedora de softwares fluminense Alter data, lembrando que, antes da disseminação da internet, a empresa tinha que pagar ICMS sobre os CD-ROMs que levavam os programas.

Empresas de tecnologia da informação (TI), que usam a tecnologia para otimizar processos em outras organizações, não escapam da burocracia do sistema tributário nacional. A Stefanini, multinacional brasileira que faturou R\$ 6,2 bilhões no ano passado, gasta três vezes mais para desenrolar a contabilidade aqui do que nos outros 41 países em que atua.

-O custo a mais da burocracia não é o principal problema. Considero a insegurança jurídica e a alta carga tributária problemas maiores -diz Marco Stefanini, líder da empresa.

Maior exportador de soja, só se for em grão

A complexidade da tributação atrapalha a vida dos exportadores, por causa da dificuldade para pegar de volta os **impostos** pagos na cadeia de produção. Isso ocorre em vários setores, mas chama a atenção nos derivados da soja. O Brasil é o maior produtor mundial do grão, principal cultura agrícola do país. É também o maior exportador global, mas 60% da produção deixam o país na forma bruta.

A Brejeiro, que começou como produtor de arroz, fabrica farelo de soja, mistura proteica, óleo de soja e biodiesel, mas exporta de 20% a 25% da matéria-prima bruta que compra dos produtores agrícolas ou das comercializadoras (tradings) que atuam no país.

Segundo Rodrigo Ruiz, gerente de controladoria da Brejeiro, a decisão de exportar é financeira e está relacionada à tributação. Se fosse fácil pegar os **tributos** de volta, a empresa "esmagaria" mais soja e poderia até ampliar suas exportações do óleo, que equivalem a menos de 5% da produção.

-Se estivéssemos esmagando com a capacidade total das fábricas, e existisse incentivo para a ampliação dessas fábricas, geraríamos mais empregos e mais investimentos no negócio, consumiríamos mais combustíveis e energia elétrica. Essa movimentação é representativa na economia do país. Geramos uma riqueza muito maior esmagando a soja, em vez de simplesmente exportar in natura -afirma Ruiz.

Surge o "planejamento químico-tributário"

Na indústria de cosméticos, o sistema tributário nacional criou o "planejamento químico-tributário", conta um advogado especializado na área, que pediu para não ser identificado. Tudo por causa da disparidade entre as tarifas cobradas no setor conforme cada produto. Considerando apenas o IPI, a taxa é de 42% para perfumes e 12% para água de colônia, por exemplo. É ainda menor para desodorantes, que são considerados itens essenciais.

-Várias indústrias tiram concentração aromática do produto e adicionam um antibactericida, mexem na fórmula, para classificar como desodorante. No Brasil, surgem figuras que não existem no resto do mundo, como "deo-colônia", "deo-perfume" e até o "deo-hidratante" -diz o advogado.

Com o alto IPI, não é vantajoso produzir perfumes no país. Na Touti, marca para consumidores de renda intermediária, eles representam menos de 5% das vendas.

-Poderíamos entregar produtos de melhor qualidade e

maior concentração de essência na fórmula -confirma Olindo Junior, diretor-geral da Água de Cheiro.

AL"Oréal considera que as diferenças de classificação na tributação, que mudam em cada estado, não têm "fundamento mercadológico". Segundo a francesa, no Brasil, alguns protetores solares têm ICMS reduzido, considerados bem essencial, mas outros, não.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Problemático, ICMS vai sair de cena

Victor correia

A **reforma tributária**, aprovada na madrugada da última sexta-feira pela Câmara dos Deputados, traz o desmonte daquele que é considerado o tributo mais complexo e caro para a economia: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Estadual, o imposto é a principal fonte de arrecadação de muitas unidades federativas, e esteve no centro de um cabo-de-guerra entre o setor produtivo e os governadores, que se articularam durante a semana passada para evitar tanto a perda de recursos quanto a autonomia para conceder benefícios tributários.

Segundo a proposta avalizada pelos deputados, o ICMS e o ISS (Imposto sobre Serviços, municipal) serão substituídos pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

O novo tributo terá início em 2026 com uma alíquota-teste de 0,1%, e substituirá gradualmente o modelo atual a partir de 2029, até 2033. Segundo empresários do setor produtivo ouvidos pelo Correio, o prazo de 10 anos para a extinção do ICMS é longo demais, mas não atrapalha o mérito da reforma, há muito aguardada no país.

O tributo é gerido pelos 26 estados e pelo Distrito Federal, com a arrecadação alimentando diretamente os cofres estaduais. Com isso, porém, normas editadas por cada governo levam a uma grande complexidade para empresas que têm operações em vários estados.

Além disso, companhias buscam formas de reduzir a carga fiscal. É comum que uma indústria produza em um estado e venda em outro somente para diminuir os **tributos** pagos, apesar do custo logístico que isso acarreta.

As operações interestaduais são especialmente complexas, e fonte de grande parte dos litígios entre estados e contribuintes. Soma-se isso à autonomia dos estados para conceder benefícios e atrair empresas, alimentando a chamada guerra fiscal, na qual estados competem e prejudicam uns aos outros para tentar fomentar suas economias.

Com a unificação do ICMS e ISS, e criação de um Conselho Federativo, com integrantes de todos os estados, para definir as normas da tributação, o número de litígios e disputas deve diminuir

drasticamente.

O ICMS é o alvo prioritário da reforma desde o seu primeiro desenho, que já considerava a unificação de **impostos** federais.

Isso, porém, foi visto com maus olhos pelos governadores, já que o tributo é a principal ferramenta de arrecadação de muitos estados. Com a iminência da votação, após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), convocar um esforço concentrado, os chefes dos estados vieram em peso a Brasília pressionar por mudanças no texto - e, após reuniões com Lira e outros parlamentares, conseguiram ter parte de suas demandas atendidas. Ainda assim, após a aprovação na Câmara, muitos governadores declararam que vão continuar a defender alterações no Senado Federal, que deve votar a medida até novembro.

Embora a reta final da discussão tenha sido observada com preocupação por parte do setor produtivo, o resultado foi celebrado.

Empresários relataram que as movimentações políticas dos governadores e do PL, liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, distanciaram o debate dos pontos técnicos.

"A discussão está política, né?"

Deixou de ser tão técnica. A gente está muito feliz com a vontade em resolver esse problema da **reforma tributária** no Brasil, e temos fé de que os governadores, os parlamentares, vão chegar em um consenso", contou o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), Márcio Maciel. A entidade representa os grandes produtores da bebida.

"O tempo todo estão falando em simplificação, em racionalidade, neutralidade de carga, que o ICMS precisa mudar, que é o imposto mais complicado do Brasil, inclusive para o nosso setor.

Então, a gente vê isso com tranquilidade", acrescentou.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/09/all.pdf>

Reforma Tributária chegará ao Senado com indefinições

Ainda que represente enorme avanço em um debate que se alonga por mais de três décadas, a **Reforma Tributária** aprovada pela Câmara na última semana exigirá atenção do Senado em uma série de temas. A elaboração das leis complementares necessárias para a regulamentação das mudanças também demandará nova rodada de definições.

Uma das incertezas jaz no crédito que o contribuinte deve receber por **tributos** pagos na cadeia de produção (insumos, energia, transporte) após o país adotar o imposto sobre valor agregado, cuja regra é que a empresa recolha só o imposto sobre o bem ou serviço fornecido. O prazo para liberar o crédito não é explícito, e tributaristas temem judicialização.

O local de recolhimento desse imposto (o destino, onde o bem ou serviço é consumido, em vez de onde é produzido), também cria dúvidas sobretudo no caso de transações virtuais.

Por fim, a miríade de exceções no texto e o longo período de transição em que municípios e estados seriam compensados com subsídio pedem atenção. Mercado A16

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50332&anchor=6479939&maxTouch=0>

A conspiração do atraso nos impostos (Artigo)

Vinicius Torres Freire

O Senado quer deixar sua marca na **reforma tributária**. Tudo bem, desde que não seja para ferraroga do, aliás uma crueldade, e arrebanhar favores para certos tipos de empresas e para governadores e prefeitos. Isto é, toda essa gente que diz quer era reforma, desde que não ela não exista: desde que continuem todos os regimes especiais para empresas e a liberdade dos governos de fazer besteira, confusão e favor com **impostos**.

Uns senadores querem meter a mão na mudança dos **impostos** aproveitando ideias ruins já que circulam na casa. Outro tanto deles é bolsonarista e quer derrubar a reforma por espírito de porco. A reforma corre risco no Senado.

Por exemplo, deixar a marca, as digitais, pode significar uma facada no coração da reforma.

Na reforma da Câmara, o que era para ser um IVA único passou a ser um IVA dual (um federal, outro de estados e municípios). Haverá três tipos de alíquota, a geral, a reduzida (em 60%) e a zero. Há gente no Senado que quer criar três IVAs avacalhados, com várias faixas de alíquotas.

Para piorar, vários setores com lobby forte já conseguiram embarcar na alíquota reduzida. Além de não fazer sentido econômico, o favorecimento de grupos de empresas vai aumentar a alíquota mais geral. É fácil perceber que, mantida a carga tributária, se uns pagam menos, outros vão pagar mais.

Há uma jila de empresas à espera de uma alíquota reduzida. Quem teve a paciência de acompanhar as audiências públicas sobre a reforma na Câmara terá notado a graça: todo mundo quer a **reforma tributária**, desde que eia não exista, repita--se. Isto é, reclamavam para si um regime especial. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva não parece entender a Reforma ou quer desfigura-la por outro motivo: quer regimes especiais para montadoras ou sabe--se lá mais o quê.

O coração da emenda constitucional da reforma é a uniformização dos **impostos**, o fim da alucinada variação regional e de valor das alíquotas; do fim da cumulatividade (imposto cobrado sobre imposto). É

uma reforma de fundo e que afeta um pedaço da carga tributária nacional (mais de 38% do total de **impostos** arrecadados no país inteiro).

Há indícios de que o Senado pode abrir as portas para a conspiração do atraso. Ou seja, empresas que reclamam do custo Brasil mas que, em geral, querem manter seu regime especial, sua isenção tributária, seu subsídio, sua proteção contra o comércio exterior, seu oligopólio.

Em suma, querem que alguém financie a sustentação do seu negócio via **impostos** ou rendas. A elite do atraso. Majoritária.

No fim das contas, inventa-se assim o sistema tributário mais lunático e caquético do planeta, confuso, cheio de litígio, caro e que, em vez de incentivar empresas a decidirem investimentos pelo retorno econômico, animam todo mundo a cavar seu favorzinho fiscal com o rei ou rainha do momento.

O resultado é investimento ineficiente e baixa produtividade da empresa: baixo crescimento econômico, fora o crescimento do dinheiro no bolso de quem consegue cavar o favor. Alguém paga a conta, direta e indiretamente.

Há o que corrigir na reforma da Câmara: como limitar e tornar operacionais os fundos de compensação regional e de favorecidos pela guerra fiscal; o tempo de transição do IBS; o funcionamento do Conselho Federativo. O principal, porém, é dar cabo de exceções, o quanto possível.

O que se ouve no Senado e até no Planalto, porém, é dar um jeito de favorecer setores, aumentara oportunidade de governadores e prefeitos criarem **impostos** ruins e até a novidade constitucional de criarem **impostos**.

Estava muito bom para ser verdade. A **reforma tributária** enfim tinha andado. Agora pode dar um passo além, à beira do precipício.

vincius.torres@grupofolha.com.br

Vinicius Torres Freire Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Pressão de governadores e barrinhas de proteína até a aprovação da reforma

MARIANA CARNEIRO ADRIANA FERNANDES

Barrinhas de proteína, noites insones, pressão de governadores e acordos de última hora marcaram os bastidores da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**, na madrugada de sexta-feira, na Câmara. O texto, que simboliza o encerramento de um ciclo de três décadas de tentativas frustradas para mudar o sistema de **impostos** no País, segue agora para o Senado, onde as resistências e as negociações não devem ser menores. O Estadão acompanhou os últimos lances até a votação.

Pouco antes da meia-noite de quarta-feira, depois de ler uma nova versão do seu texto, o relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), comia barrinhas de proteína na tribuna da Câmara. Sua fala, já no final, havia sido entrecortada por intervalos cada vez mais longos que angustiavam os assessores. Depois, ele contou que, sem ter almoçado, sentiu a pressão cair e a vista turvar. Dormir pouco foi outra regra nos últimos dias, e não só dele, mas a de secretários de Fazenda, técnicos, governadores, deputados e lobistas.

A leitura do relatório é o rito que marca o início das votações no Legislativo, e ela foi entendida como uma mensagem de que, apesar da incredulidade que reinara em Brasília até o dia anterior, a **reforma tributária** agora era para valer.

Na noite de terça-feira, governadores dos sete Estados do Sul e Sudeste mais o do Mato Grosso do Sul reuniram cerca de 200 deputados em um hotel em Brasília. Ainda que nos discursos tenham defendido a reforma, a leitura era de que tinham se unido em demandas impossíveis de serem atendidas sem desfigurar o novo modelo de tributação. Prefeitos e procuradores também tinham invadido a capital para pedir o adiamento da votação.

As fake news haviam tomado as redes sociais, e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), aparecia como líder na oposição ao Conselho Federativo, que deve passar a centralizar a arrecadação de todos os Estados e municípios. Ele, então, convenceu os pares de que, nessas circunstâncias, era preciso que os Estados mais populosos assumissem a gestão do novo colegiado. A divisão que isso abriu com o Norte e Nordeste fez com

que os políticos em Brasília dormissem (e pouco) incrédulos do sucesso na votação.

NOVO CLIMA. Mas o dia em que Aguinaldo comeu as barrinhas começou diferente. Tarcísio e o ministro Fernando Haddad dariam entrevista na porta do Ministério da Fazenda indicando um acordo. O governo aceitava a exigência do governador paulista e iria apoiá-lo. Tarcísio retribuiu o gesto horas depois, convencendo o seu partido, o Republicanos, a fechar questão pela votação em bloco a favor da reforma, e marcando conversa com o ex-presidente Jair Bolsonaro para tentar atrair também o PL.

Naquela mesma quarta-feira, o relator passaria horas reunido com deputados da bancada do agronegócio - a mais organizada da Câmara, com 300 membros. A lista de exigências era variada (quase todas atendidas no fim), mas a que mais vibrava nas redes sociais era a da tributação da cesta básica.

Na primeira versão de seu relatório, o relator fixou que a cesta básica teria alíquota reduzida à metade em relação ao percentual padrão (estimado em 25%). Um estudo da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) apontou que isso poderia resultar no aumento do preço dos alimentos. Ainda que o governo tenha rebatido a tese, afirmando que o cálculo não estava correto, o estudo bastou para irrigar as redes com críticas à reforma, inclusive de Bolsonaro.

Se para a classe política o ponto de virada para determinar que a reforma vingaria foi a presença (e o discurso) de Tarcísio, para Aguinaldo foi a sua decisão de zerar a cesta básica naquela quarta-feira. "A cesta básica foi escolhida para criar uma narrativa como se a reforma fosse atingir os mais pobres, enquanto o que a gente queria era o contrário. Mais uma das grandes mentiras contra a reforma que foram pregadas", atacou o relator, com a voz rouca, às 2h da sexta-feira, após quase 15 horas de sessão e o painel da Câmara marcar o placar em segundo turno: 375 votos a 113 (o mínimo necessário para a aprovação de uma PEC é de 308 votos).

ACORDO FEITO. Resolvido o problema da cesta básica, faltava uma solução para os Estados. Foi só no dia da votação, mais precisamente três horas antes de a versão final do texto ser protocolada no sistema da Câmara, que os governadores receberam o trecho

que honrava a promessa feita por Haddad: mais poder para os Estados mais populosos no conselho.

Os ajustes de redação foram feitos pelo secretário de Fazenda do Rio, Leonardo Lobo Pires, ao lado de Samuel Kinoshita, de São Paulo, no computador da secretária da liderança do PSD na Câmara - onde estavam acompanhando as negociações políticas que se desenrolaram ora com a frente evangélica, ora com deputados que representam os setores de serviços, que temiam aumento da carga tributária. A Constituição estava sendo reescrita de pé, descreveu um dos que compartilharam daquele momento. O acordo feito de boca no dia anterior estava honrado e, naquela hora, em papel passado.

Sinais Acerto com governadores e mudança na cesta básica foram a senha de que a reforma seria aprovada

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Confusão para definir destino e muitas exceções são pontas soltas da Reforma

Alexa Salomão

Brasília A **Reforma Tributária** sobre o consumo entra em uma nova etapa de debates após passar pela Câmara dos Deputados. Vários trechos da PEC (proposta de emenda à Constituição) aprovada em esforço concentrado vão exigir atenção durante a tramitação no Senado.

Depois, a reforma ainda vai demandar uma nova rodada de debates, quando chegar a hora de elaborar as leis complementares necessárias para regulamentar as mudanças.

Na sexta, o relator da reforma na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que vai prestar apoio aos senadores na nova fase de apreciação do texto. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que terá empenho na aprovação quando ela retomar aos deputados.

A Folha destaca algumas das principais pontas soltas que permanecem no texto.

* 1. "La garantía soy yo" para crédito do imposto Com a reforma, o Brasil adota o IVA (Imposto de Valor Agregado), tipo de tributo não cumulativo. A empresa recolhe só o imposto referente a seu produto ou serviço. Todo tributo pago na compra de insumos, máquinas e equipamentos do negócio, bem como gasto com energia, telefonia e transporte, vira crédito.

O contribuinte recebe o crédito correspondente ao imposto pago na etapa anterior para abater na seguinte.

O texto chegou a prever que o crédito seria liberado em até 60 dias, mas a versão final não define prazo ou sistemática. Os critérios serão definidos em lei complementar.

Alguns tributaristas acreditam que o reconhecimento do crédito seria automático. Outros, que o fundo que vai gerenciar os recursos de estados e municípios na transição para o IVA será uma garantia para reconhecimento dos créditos nesses entes. No caso da União, o futuro tratamento é uma incógnita.

O Brasil tem um longo histórico de brigas judiciais entre empresas e órgãos de arrecadação por causa da

demora na liberação desse tipo de crédito ou até pelo não reconhecimento do direito a recebê-lo. Nesse ambiente, a indefinição é considerada um item sensível pelos especialistas.

"É um problema grave" afirma o advogado Luiz Gustavo Bichara, que atua há mais de 25 anos em assessoria jurídica na área tributária e convive com esse problema.

"Se não houver uma sanção expressamente prevista em lei, a previsão normativa será inútil. O mesmo problema de não devolução dos créditos, que já ocorre hoje, poderá continuar ocorrendo." 2. Quebra-cabeça para definir o destino do produto Outra mudança estrutural que vai dar trabalho é definir o local de recolhimento do imposto sobre consumo, ou, como se diz no jargão tributário, onde ocorre o "fato gerador" da tributação dos IVAs.

O modelo brasileiro prevê que o imposto fica para o ente da Federação onde está a sede da empresa que fornece o produto ou o serviço. A reforma transfere o recolhimento para o destino, onde o bem ou serviço é consumido.

Nas transações físicas, não há dúvida sobre o que é destino. Se um carro é produzido em São Paulo e vendido em Sergipe, o imposto passa a ser recolhido no estado nordestino. Mas, em um mundo interligado pela internet e com inúmeras transações virtuais, a discussão sobre o tema se torna mais complexa.

O que é destino para efeito de tributação de passagem para uma viagem de ônibus que começa em Salvador, na Bahia, termina em Fortaleza, no Ceará, mas o passageiro desce no Recife, em Pernambuco?

Com que fica o tributo de uma cadeira comprada pela internet em Brasília por uma pessoa com agência bancária e emissão do cartão de crédito em São Paulo, mas que será entregue em Belo Horizonte, Minas Gerais?

Cofundador e diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), Eurico de Santi diz que a entidade produziu uma nota técnica sobre o tema e espera que ela possa ajudar na regulamentação da norma.

O trabalho defende o prazo de até 60 dias para

liberação do crédito e traz sugestões para definir o local da cobrança. O detalhamento consegue, por exemplo, responder às dúvidas acima.

No caso da viagem, argumenta que é melhor considerar o local da partida para a cobrança do tributo, uma vez que não é possível garantir onde o passageiro vai descer. No que se refere à cadeira, a sugestão é que se cobre onde o móvel foi entregue.

3. Transição longa é risco de mais subsídios A reforma da tributação sobre consumo cria dois IVAs. No nível federal, será adotada a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que vai unificar IPI, PIS e Cofins. Os demais entes farão a gestão compartilhada do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que vai substituir o ICMS dos estados e o ISS dos municípios.

Foi estabelecido um período de transição entre 2026 e 2032, e, na largada, a CBS terá alíquota de 0,9%, e o IBS, de 0,1% para efeito de teste.

A CBS entra em vigor já em 2027. O IBS, no entanto, terá uma transição mais gradual. ICMS e ISS serão reduzidos ano a ano, enquanto o IBS vai sendo elevado. Pelo cronograma, a proporção será de 1/10 de IBS em relação ao ICMS e 0 ISS em 2029, evoluindo até 4/10 em 2032, antes da extinção dos dois **tributos**, em 2033.

Um fundo de compensação vai garantir que estados e municípios mantenham a mesma arrecadação registrada antes da adoção das mudanças. Ao mesmo tempo, espera-se redução de benefícios fiscais que estão atrelados ao ICMS e ao ISS. O tributo desaparece, e o benefício some junto.

Especialistas, no entanto, dizem que o prazo e a sistemática da transição e os valores estimados para o fundo abrem espaço para a permanência dos benefícios tributários nos estados e municípios, um problema antigo que alimentou a guerra fiscal, e a reforma deveria extinguir.

"Estão promovendo uma redução mais lenta dos dois **impostos**" afirma Felipe Salto, economista-chefe e sócio da gestora de investimentos Warren Rena. O ICMS, por exemplo, diz, ainda vai ter alíquota de 60% da atual em 2032 e ser extinto apenas em 2033.

"Alguém acredita que vai passar de 60% para zero da noite para o dia? Por que fizeram essa alteração? Podemos supor que, provavelmente, para manter o ICMS como instrumento de concessão de crédito presumido", afirma Salto. "Seria o caos, pois o fundo de compensação existiria para bancar os atuais incentivos." Em seu relatório sobre o texto final, Salto colocou a reforma sob viés negativo.

4. Exceção é quase regra As divergências são grandes no caso da lista de setores que serão exceção na adoção das alíquotas gerais dos IVAs. Há os isentos, os que terão alíquota zero ou reduzida, e até um grupo que poderá optar por outro tipo de tributação, que ainda não foi definida - caso de todo o setor financeiro e da construção civil.

Algumas exceções eram esperadas e fazem sentido técnico, explica a tributarista Vanessa Canado, coordenadora do Núcleo de Tributação do Centro de Regulação e Democracia do Insper.

"Bancos, por exemplo, costumam ficar de fora porque é muito complicado aplicar IVA no spread [diferença entre os juros pagos pelos bancos ao captar o dinheiro e a taxa que cobram para emprestar recursos]", afirma ela.

Os especialistas lembram que algumas exceções também se encaixam no escopo de políticas sociais. O texto final, por exemplo, dá isenção ou alíquota zero para reabilitação urbana de zonas históricas e reconversão urbanística. A criação de uma cesta básica nacional já havia sido enquadrada na mesma lógica.

No entanto, muitas exceções têm caráter político, para garantir apoio à reforma ou atender a lobbies de setores mais organizados, o que levou a excessos.

Na reta final da votação na Câmara, as igrejas conseguiram estender benefícios a suas organizações assistenciais e beneficentes, caso de creches, para exemplificar.

Serviços de saúde, educação, transporte coletivo e produtos e insumos agropecuários receberam um desconto maior, da ordem de 40% em relação à alíquota cheia, que ainda será definida.

Os tributaristas temem que o volume maior de exceções possa elevar a alíquota geral dos IVAs, como alternativa para cobrir as perdas com tantas benesses.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Tributação de herança, imóvel e carro mudará

A reforma tributária aprovada pela Câmara na madrugada de sexta-feira vai alterar a vida de todo brasileiro com mudanças na tributação de operações comuns, do pagamento de taxas como IPTU (de imóveis) e IP-VA (que agora terá de ser recolhido também no caso de bens como lanchas e jatinhos) até transações que envolvam heranças e doações (mais informações no quadro ao lado).

O texto aprovado pelos deputados e que agora vai ser analisado pelo Senado trata basicamente dos **impostos** sobre o consumo. Um outro projeto, prometido pelo governo para este semestre, deve propor alterações para a tributação da renda, como o IR.

MUDANÇAS. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que alterou o sistema tributário acaba com os **impostos** federais IPI, PIS e Cofins, o estadual ICMS e o municipal ISS.

No lugar deles, vão passar a vigorar dois IVAs, o Imposto sobre Valor Agregado. Um é a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai substituir os **tributos** federais, enquanto o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) unificará ICMS e ISS. A proposta também criou o Imposto Seletivo, que vai incidir sobre itens considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente. BIANCA LIMA/BRASÍLIA

O que pode mudar na sua vida com a reforma

Herança

O texto do relator Aguinaldo Ribeiro (Progressistas/PB), ue foi aprovado, determina que o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) passe a ser progressivo em relação ao valor da transmissão. Ou seja: quanto maior o montante recebido pelo herdeiro, ou pelo beneficiário da doação, maior será a alíquota aplicada. No entanto, ela não pode ultrapassar 8%

Mudança

Uma herança de R\$ 1 milhão distribuída a um único herdeiro, por exemplo, terá uma tributação maior do que uma herança de mesmo valor dividida entre quatro pessoas. Ou seja: o que é considerado no momento da tributação é o chamado quinhão

hereditário, que é a cota à qual o beneficiário tem direito. Quanto maior o quinhão, maior será a alíquota

Como é hoje

Segundo a Febrafite, federação que reúne os auditores fiscais estaduais, atualmente 15 Estados e o DF já contam com tributações progressivas no ITCMD: Acre, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. São Paulo, por exemplo, cobra uma alíquota única de 4%

Residência

O texto também determina que o recolhimento do imposto, no caso de bens móveis, será obrigatoriamente feito no Estado de residência da pessoa que morreu, e não mais onde o inventário é processado. O objetivo, segundo o relator, é evitar o planejamento tributário, ou seja, herdeiros que processam o inventário em um Estado que tem alíquota mais baixa, para pagar menos tributo

No exterior

Também será regulamentada a cobrança do ITCMD sobre heranças e doações no exterior, o que vai depender de lei complementar. Atualmente, o Brasil tem uma das menores tributações do mundo sobre herança e doações: a alíquota máxima é de 8%, ante 40% dos Estados Unidos, 25% no Chile e na África do Sul, e 20% na Bolívia, por exemplo

Imóveis

Em relação ao IPTU, o relator atendeu a um pedido da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e permitiu que as prefeituras atualizem a base de cálculo do imposto por meio de decreto, a partir de critérios estabelecidos em lei municipal

IPTU

A preocupação, segundo tributaristas, é que isso abra uma brecha para decisões arbitrárias por parte de gestores locais, uma vez que a atualização do valor venal dos imóveis, que é a base de cobrança do IPTU, não seria mais debatida nas câmaras de vereadores,

podendo ser definida por meio de decreto. "Isso pode levar a decisões muito arbitrárias", diz Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados e pesquisador do Insper

Barcos e jatos

sobre veículos aquáticos, como lanchas, e aéreos, como jatinhos. "Não é justo que o contribuinte de classe média arque com a tributação da propriedade de seu carro ou sua moto usados, enquanto donos de lanchas, iates e jatinhos são desonerados", afirma o relator no parecer

Brecha

Por pressão de setores produtivos, porém, algumas exceções foram feitas na última versão do texto, como aeronaves agrícolas, tratores e máquinas usadas no campo, que ficaram isentas. Também ficaram de fora da cobrança embarcações que pratiquem pesca industrial, artesanal e de subsistência. Vasconcelos é crítico a essas mudanças: "Um motorista de aplicativo, por exemplo, tem o carro como seu meio de trabalho e paga IPVA. O produtor rural tem a terra e o trator como meio de trabalho, mas ficará isento do tributo"

Carros

Os motoristas de carro também podem ter uma mudança na taxaço. Isso porque o texto permite que os Estados cobrem IPVA de forma progressiva, de acordo com o impacto ambiental do veículo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>